



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024
2ª RETIFICAÇÃO

OBJETO

Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviço continuado de Transporte Escolar, sob a forma de fretamento, com fornecimento de veículos acessíveis, convencionais, abastecidos de combustível, com dois operadores por veículo, sendo um motorista/condutor e outro monitor/acompanhante, dos alunos matriculados nas instituições de ensino da educação básica das Redes Públicas Municipal e Estadual, LINHAS ESTADUAIS, COMPARTILHADAS e MUNICIPAIS do Município de João Neiva, residentes na zona rural, de sua residência ou em ponto de referência combinado, até as respectivas instituições de ensino, bem como o retorno até a residência ou ponto de referência combinado ao final do expediente escolar, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, conforme roteiros e quilômetros rodados por dia, relacionados neste Termo de Referência.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 3.232.270,25 (três milhões, duzentos e trinta e dois mil, duzentos e setenta reais e vinte e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/11/2025 às 08:05h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

NÃO

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2024.040E0700001.01.0004



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024 – 2^a RETIFICAÇÃO

(Processo Administrativo nº 8.152/2024)

Torna-se público que o Município de João Neiva, Estado do Espírito Santo, com sede na Avenida Presidente Vargas, nº 157, Centro, João Neiva/ES, realizará licitação, para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviço continuado de Transporte Escolar, sob a forma de fretamento, com fornecimento de veículos acessíveis, convencionais, abastecidos de combustível, com dois operadores por veículo, sendo um motorista/condutor e outro monitor/acompanhante, dos alunos matriculados nas instituições de ensino da educação básica das Redes Públicas Municipal e Estadual, LINHAS ESTADUAIS, COMPARTILHADAS e MUNICIPAIS do Município de João Neiva, residentes na zona rural, de sua residência ou em ponto de referência combinado, até as respectivas instituições de ensino, bem como o retorno até a residência ou ponto de referência combinado ao final do expediente escolar, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, conforme roteiros e quilômetros rodados por dia, relacionados neste Termo de Referência.

1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos forem de seu interesse.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de João Neiva para o exercício de 2026, na classificação constante no item 12 do Termo de Referência, anexo a este edital.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido e que preencherem as condições e requisitos estabelecidos neste Edital e na legislação aplicável e que estiverem previamente credenciados no Portal de Compras Públicas.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas pelo Portal de Compras Públicas para cadastro em seu sistema até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor



do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema relacionado no item 3.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

3.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;



3.6.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [art. 9º, §1º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante incluirá/assinalará no sistema declaração de que:

4.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos



direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [art. 7º, XXXIII da Constituição Federal](#);

4.3.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto no [art. 1º, III e IV, e do art. 5º, III da Constituição Federal](#);

4.3.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá anexar, ainda, no próprio sistema eletrônico, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá anexar/assinalar, ainda, no próprio sistema eletrônico, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no [art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração prevista no item 4.5. impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência da declaração prevista no item 4.5. apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3 ou 4.5. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#) e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



4.9.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.10.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129

CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização perante os órgãos de controle e pela própria Administração.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do lote.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez centavos).

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrará-se automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.



6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no Pregão Eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrará-se automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de cinco minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:



6.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Espírito Santo;

6.21.2.2. Empresas brasileiras;

6.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.](#)

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **duas horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021](#), legislação correlata e no item 3.6. do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor - SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 02 de junho de 1992](#).

7.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 6.20 e 4.5 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.7.1. Contiver vícios insanáveis;

7.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;



7.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.7. A inexequibilidade da proposta só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.7.7.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.7.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

7.8.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129

CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.14. O local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes, está prevista no Termo de Referência.

7.15. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. Habilitação Jurídica

a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



- c) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- e) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- f) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g) **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.1.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2. Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade de Tributos Federais e Dívida Ativa da União - Certidão Conjunta PGFN e RFB;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual sede da Licitante;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal da Sede da Licitante;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- g) Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas);

8.1.2.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



8.1.2.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.1.2.3. Será exigida a seguinte documentação complementar das cooperativas participantes:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, XI, 21, I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: I) ata de fundação; II) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; III) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; IV) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; V) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e VI) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- g) A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.1.3. Habilitação Econômico Financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, II da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), **comprovados mediante a apresentação de balanço patrimonial (Termo de Abertura, Termo de Encerramento, Balanço Patrimonial, Notas Explicativas e Demonstração de Resultado de Exercício), dos 2 (dois) últimos exercícios sociais** e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I – Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II – Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III – Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).



8.1.3.1. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.1.3.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

8.1.3.3. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º da Lei nº 14.133, de 2021).

8.1.3.4. Fica dispensado da apresentação do Balanço Patrimonial o Microempreendedor Individual – MEI por força do §2º, art. 1179 do Código Civil, c/c art. 68 da Lei nº 123/2006.

8.1.4. Qualificação Técnica

1. Para comprovação de qualificação técnica operacional será exigido:

a) Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica da empresa licitante para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação em características, qualidade e prazo, que permita a avaliação da capacidade de atendimento, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

b) Declaração da licitante de que dispõe de veículo, pessoal e todo o necessário para o cumprimento contratual, caso seja vencedora do certame.

8.2. As Certidões Negativas de regularidade exigidas no item 8.1, deverão conter o mesmo CNPJ do Contrato Social, Ato Constitutivo ou Estatuto apresentado pela Licitante no momento do Credenciamento.

8.2.1. Figuram como exceções as Certidões cuja abrangência atinge tanto a empresa Matriz quanto as Filiais (INSS e PGFN/RECEITA FEDERAL).

8.3. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, não poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.4. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.4.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



8.5. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.7. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.9. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.10. O licitante deverá apresentar **ou assinalar em campo próprio do sistema**, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13. Os documentos exigidos para habilitação serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **03 (três) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.



8.14. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.15. Respeitada a exceção do item anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

8.16.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.16.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.22. DOS DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS PARA VISTORIA

8.22.1. Após o julgamento dos documentos de habilitação serão exigidos os seguintes documentos abaixo:

8.22.1.1. A vistoria prévia será realizada por meio do Setor de Transporte Escolar desta Secretaria em até 03 (três) dias úteis após a convocação que será feita através do CHAT no



Portal de Compras Públícas, sendo a aprovação condição imprescindível para a efetiva contratação.

8.22.1.2. Diante da Instrução de Serviço Normativa DETRAN nº 05/2021, que dispõe sobre autorização para o transporte escolar no Espírito Santo, a análise de validade dos documentos dos veículos está condicionada aos termos desta norma.

8.22.1.3. Os veículos deverão estar devidamente registrados no DETRAN/ES no ato da vistoria, não sendo aceitos veículos, em nenhuma hipótese, que não atendam esta condição.

8.22.1.4. O contratado do lote/percurso deve apresentar os seguintes documentos para vistoria:

8.22.1.4.1. Do(s) veículo(s):

- a) Cópia do certificado de inspeção semestral dos equipamentos obrigatórios de segurança (INMETRO ou outro indicado pelo DETRAN-ES), emitido por ITL – Instituição Técnica Licenciada ou ETP- Entidades Técnicas Para-estaduais com sede no Espírito Santo, credenciada na forma da resolução 632/2016 do CONTRAN (alterado pela INS/DETRAN 194/2017).
- b) Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo atualizado, na categoria aluguel e transporte de Escolares (alterado pela INS/DETRAN 194/2017).
- c) Cópia do Comprovante de adimplência com o IPVA.
- d) Cópia do Comprovante de Seguro Obrigatório, ou bilhete na Categoria do veículo.
- e) Cópia do Comprovante de adimplência com o DPVAT.
- f) Termo de Autorização dos veículos emitido pelo DETRAN/ES.
- g) Certificado de verificação do tacógrafo de cada veículo emitido pelo INMETRO e válido na data da vistoria (alterado pela INS/DETRAN 194/2017).

8.22.1.4.2. Do(s) motorista(s):

- a) Carteira Nacional de Habilitação Categoria “D” ou “E” dos motoristas em número compatível aos lotes/percursos arrematados, com a informação de que exerce atividade remunerada.
- b) Certificado de aprovação no Curso de Formação de Condutores de Veículos de Transporte de Escolares para os motoristas em número compatível aos lotes/percursos arrematados.
- c) Credenciamento dos motoristas emitido pelo DETRAN/ES para os motoristas em número compatível aos lotes/percursos arrematados, em conformidade com a IS/DETRAN/ES Nº011 de 17 de fevereiro de 2014 e outras citadas.
- d) Comprovante de endereço.
- e) Certidão negativa estadual do registro de distribuição criminal de todas as comarcas do Espírito Santo relativo a crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129

CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

f) Certidão negativa Federal do registro de distribuição criminal de todas as comarcas do Espírito Santo relativo a crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.

g) Comprovação do vínculo do motorista com a empresa ou com a cooperativa.

8.22.1.4.2.1. Em caso de empresa, será aceito declaração, assinado pela proponente e pelo motorista comprometendo-se em realizar o serviço do referido lote.

8.22.1.4.3. Do(s) monitor(es):

a) Comprovante de endereço.

b) Cópia do documento de identificação com foto.

c) Certidão negativa Federal do registro de distribuição criminal de todas as comarcas do Espírito Santo relativo a crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.

d) Certidão negativa estadual do registro de distribuição criminal de todas as comarcas do Espírito Santo relativo a crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.

e) Carteirinha de Monitor de Transporte Escolar, emitida pelo DETRAN.

8.22.1.4.3.1. No ato da apresentação dos VEÍCULOS para vistoria o Setor de Transporte Escolar da SEMED avaliará:

a) Capacidade de transportar os ocupantes sentados, de acordo com o percurso estabelecido neste TR.

b) Cintos de segurança em todos os assentos, conforme inciso VI, do Art. 136, do CTB.

8.22.1.4.4. Saídas de emergência.

a) Permanência das características originais de fábrica satisfazendo as exigências do Código de Trânsito Brasileiro, exceto com relação às modificações solicitadas;

b) Se possui os equipamentos obrigatórios legais e estar também equipado com fecho interno de segurança nas portas, saída de emergência.

c) Se apresenta faixa com o limite de capacidade de lotação fixado na parte externa do veículo.

d) Se possui lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira, conforme inciso V, do Art. 136, do CTB.

e) A fixação da autorização de tráfego para o transporte escolar, fixada em local visível no interior do veículo, conforme Art. 137, do CTB.

f) Se possui abertura máxima das janelas de 10 cm.

g) Por questões de segurança, os veículos não poderão ter nenhum tipo de película de controle solar instalado.

8.22.1.4.4.1. Os veículos que forem submetidos à vistoria não poderão ser substituídos durante a execução do contrato, salvo se solicitado pela CONTRATADA ou se for necessário e devidamente autorizado e vistoriado pela SEMED.



8.22.1.4.4.2. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de conservação e funcionamento mecânico como: motor, caixa de câmbio, diferencial, sistema hidráulico, pneus e outros; indicadores tais como: cronotacógrafo, medidor de combustível, filtros de óleo e ar e temperatura; parte elétrica, faróis, sinalizações externas e iluminação interna; e outros, e ainda conter todos os acessórios obrigatórios como: macaco, chave de rodas, triângulo, extintor e cintos de segurança para o motorista e os passageiros e outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN. Todos estes itens serão avaliados e fotografados para emissão de Termo de Aceite do Veículo.

8.22.1.4.4.3. Devem conter Selo de inspeção contendo o QR CODE, de maneira que seja visível do lado externo do veículo (alterado pela ISN/DETRAN 194, do dia 22/09/2017).

8.22.1.4.4.4. As placas dos veículos deverão estar devidamente lacradas, visíveis e atualizadas de acordo com Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV, apresentado.

9. DOS RECURSOS

9.4. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.](#)

9.5. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.6. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.6.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.6.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.6.3. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [art. 17, §1º da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.7. Os recursos deverão ser encaminhados por meio do portal de Compras Públicas.

9.8. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.9. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.10. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição



do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.12. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.13. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico do Portal de Compras Públicas

10. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

10.4. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

10.4.1. Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

10.4.2. Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

10.4.3. Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

10.4.4. Adjudicar o objeto e homologar a licitação.

10.5. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

10.6. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

10.7. Não haverá anulação ou revogação sem ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

11. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

11.4. Em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato, conforme Minuta anexa a este Edital, ou emitido instrumento equivalente.

11.5. Terá o adjudicatário o prazo de **03 (três) dias**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou retirar instrumento equivalente, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.6. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou retirada do instrumento equivalente, a Administração



poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de **03 (três) dias**, a contar da data de seu recebimento.

11.6.1. Caso seja enviado por meio eletrônico e o adjudicatário não se manifeste no prazo de 02 (dois) dias após o envio, será considerado como recebido o Termo de Contrato ou instrumento equivalente.

11.7. O prazo estabelecido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.4. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.4.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

12.4.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.4.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.4.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.4.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.4.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.4.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.4.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.4.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.4.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.4.5. Fraudar a licitação;

12.4.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.4.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.4.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.4.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;



12.4.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.8. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013](#).

12.5. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.5.1. Advertência;

12.5.2. Multa;

12.5.3. Impedimento de licitar e contratar; e

12.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.6.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.6.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.6.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.6.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.6.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de *15 (quinze) dias* úteis, a contar da comunicação oficial.

12.7.1. Para as infrações previstas nos itens 12.4.1, 12.4.2 e 12.4.3, a multa será de *5% (cinco por cento)* do valor do contrato licitado.

12.7.2. Para as infrações previstas nos itens 12.4.4, 12.4.5, 12.4.6, 12.4.7 e 12.4.8, a multa será de *20% (vinte por cento)* do valor do contrato licitado.

12.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de *15 (quinze) dias* úteis, contado da data de sua intimação.

12.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.4.1, 12.4.2 e 12.4.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de João Neiva, pelo prazo máximo de *3 (três) anos*.



12.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.4.4, 12.4.5, 12.4.6, 12.4.7 e 12.4.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.4.1, 12.4.2 e 12.4.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.12. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.4.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

12.13. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.14. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.15. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.16. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.17. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de João Neiva.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ECLARECIMENTO

13.4. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.5. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



13.6. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, no Portal de Compras Públicas, provedor do Pregão Eletrônico.

13.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.8. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.4. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.6. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no site da Prefeitura Municipal de João Neiva-ES (<https://www.joaoneiva.es.gov.br>) e do Portal de Compras Públicas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

14.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.14.1. ANEXO I - Termo de Referência

14.14.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

João Neiva/ES, 05 de novembro de 2025.

Rejiane Ebert De Aranti
Secretaria Municipal de Educação



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente documento tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviço continuado de Transporte Escolar, sob a forma de fretamento, com fornecimento de veículos acessíveis, convencionais, abastecidos de combustível, com dois operadores por veículo, sendo um motorista/condutor e outro monitor/acompanhante, dos alunos matriculados nas instituições de ensino da educação básica das Redes Públicas Municipal e Estadual, LINHAS ESTADUAIS, COMPARTILHADAS e MUNICIPAIS do Município de João Neiva, residentes na zona rural, de sua residência ou em ponto de referência combinado, até as respectivas instituições de ensino, bem como o retorno até a residência ou ponto de referência combinado ao final do expediente escolar, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, conforme roteiros e quilômetros rodados por dia, relacionados neste Termo de Referência, de acordo com o **ANEXO I**.

1.2. O serviço desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano contados da sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o objeto é uma necessidade permanente.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Com o intuito de garantir direito fundamental da criança e do adolescente e ainda atender as necessidades de Transporte Escolar dos alunos matriculados nas instituições de ensino da Rede Pública Municipal e Estadual do Município de João Neiva, pretende com esta contratação atender os alunos da rede pública da área rural e de risco que necessitam utilizar o transporte para serem conduzidos até as instituições de ensino, bem como o retorno para suas residências.

2.2. O Transporte Escolar é um instrumento de democratização de oportunidades educacionais, que garante o acesso e permanência nas escolas aos alunos residentes em áreas rurais. Conforme determina o inciso VII do artigo 10 da Lei nº. 9.394/96, acrescido pela Lei nº. 10.709/03, esta Secretaria Municipal de Educação – SEMED, tem a responsabilidade de fornecer transporte escolar aos alunos matriculados na Rede Pública Municipal e Estadual de Ensino. Oferecer transporte escolar gratuito aos educando não é apenas disponibilizar uma forma com a qual essas crianças e alunos possam se deslocar e chegar até as Instituições de Ensino, oferecer transporte escola aos educandos das redes públicas de ensino vai bem além disso; é oferecer meios para que crianças e alunos possam ampliar seus conhecimentos de



mundo, possam buscar novos conhecimentos, é possibilitar que cidadãos portadores de direitos ao ensino que moram "longe" das escolas também tenham acesso a uma educação de qualidade, para isso precisamos oferecer a eles dignidade desde o momento que saem de suas casas, e nesse caso em evidencia o transporte escolar precisa oferecer segurança e comodidade respeitando as regras das legislações que garantem aos matriculados na educação básica o acesso e permanência nas Instituições de Ensino, e que o processo educativo possa garantir o conceito de igualdade a todos.

2.3. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 (com acréscimo da Lei nº 10.709/2003), estabelece em seu Art. 11 que: “Os municípios incumbir-se-ão de: VI – “Assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal” (incluído pela Lei nº 10.709, de 31/7/2003).

2.4. Os direitos fundamentais inerentes à infância e juventude devem ser assegurados com absoluta prioridade, nos termos do artigo 227, caput, da Constituição Federal e do artigo 4º da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

2.5. Além é claro que também são explicitadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90, art. 54, VII), Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei 9.394/96, art. 4º, VIII). Nessas e nas demais, o transporte escolar é instituído como programa complementar indispensável para que o educando possa usufruir seu direito.

2.6. Já a Lei nº 10.880/04, reza em seu Art. 2º, que: “Fica instituído o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE, no âmbito do MEC, a ser executado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, com o objetivo de oferecer transporte escolar aos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios”.

2.7. Assim sendo, o Transporte Escolar é ofertado de forma compartilhada com a Secretaria de Estado da Educação - SEDU, por meio de um Plano de Aplicação, ocasião em que nos é fornecida a documentação referente a rotas e planilha de custos para atendimento que devem ser seguidos para a contratação.

2.8. Assim, torna-se necessária e imprescindível a prestação de serviço de empresa especializada no ramo, para atender essa demanda citada acima, conforme linhas pré-definidas pelo Setor de Transporte Escolar desta Secretaria.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:



4.2. Os veículos utilizados para o transporte escolar devem atender aos padrões de emissão de poluentes estabelecidos pelas normativas ambientais vigentes.

4.3. A empresa ou cooperativa contratada deve demonstrar capacidade para implementar práticas de segurança no transporte escolar, incluindo a realização de manutenção preventiva regular nos veículos, garantindo a segurança dos estudantes durante todo o percurso.

Indicação de marcas ou modelos

4.4. Na presente contratação não será indicado marca(s) ou modelo(s), pois as especificações técnicas e os requisitos funcionais estão descritos de maneira clara e detalhada para assegurar os serviços contratados que atendam plenamente às necessidades da Administração Pública, mantendo a integridade e a transparência do processo licitatório. Dessa forma, promovendo a ampla concorrência, garantindo a isonomia entre os licitantes e evitar qualquer tipo de direcionamento, em conformidade com os princípios estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021.

Da vedação de utilização de produto/marca na execução do serviço

4.5. Administração não possui motivos para vedar o fornecimento de nenhum produto/marcas.

Da exigência de carta de solidariedade

4.6. Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.7. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Obrigações da contratada

4.9. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.

4.10. Atender, satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais, o objeto contratado.

4.11. Percorrer os percursos estabelecidos e garantir que o aluno esteja na instituição de ensino com pelo menos 05 (cinco) minutos de antecedência ao início das aulas, do horário estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, cumprindo rigorosamente a carga horária pré-estabelecida.

4.12. Cumprir rigorosamente os prazos contratuais.

4.13. Assumir todos e quaisquer ônus com pessoal e por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, quer municipais, estaduais e federais, comprometendo-se a saldá-los à época própria, ficando excluída a CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades perante terceiros por parte de atos decorrentes dos empregados da CONTRATADA.



- 4.14. Assumir integral responsabilidade por danos causados a esta Prefeitura ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços parciais ou totais, isentando-a de todas as reclamações que surjam subsequentemente, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos ou de qualquer pessoa física ou jurídica envolvida na execução dos serviços.
- 4.15. Fornecer os serviços em tempo oportuno, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.
- 4.16. Prestar os serviços sempre em regime de atendimento com a fiscalização da Contratante.
- 4.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 4.18. Fornecer o veículo, objeto de locação, e substituí-lo em caso de quebra ou avaria, por veículo com as mesmas características do veículo original, classificado na licitação e no tocante ao ano/modelo. O novo veículo deverá ser igual ou melhor do que o veículo substituído, assim como colocá-lo em perfeitas condições de utilização, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que de forma alguma os serviços prestados poderão ser interrompidos ou suspensos, sob pena de ser rescindida a locação. Os veículos e seus condutores devem estar em conformidade com o que diz o Código de Trânsito Brasileiro sobre o transporte escolar em seus artigos 136, 137 e 138.
- 4.19. Providenciar o imediato transporte dos estudantes sempre que o veículo credenciado for imobilizado por problema/defeito técnicos, pois os serviços não poderão ser interrompidos e nem tampouco paralisados, já que os alunos não poderão faltar aula.
- 4.20. Arcar com todas as despesas referentes ao combustível, peças de reposição, manutenção, lubrificação, lavagem, troca de óleo, emplacamento, licenças especiais e outras necessárias para a consecução dos serviços.
- 4.21. O(s) veículo(s), objeto deste Termo de Referência, deverá(ão) estar disponível(is) e em perfeito estado de conservação, principalmente no que no que refere a lanternagem, motor, mecânica e pneu.
- 4.22. Dotar e manter em perfeito estado de funcionamento os equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito.
- 4.23. Realizar todas as manutenções preventivas e corretivas do veículo locado disponibilizando, se necessário, o plano de manutenção do veículo ao setor de Transporte Escolar, para eventuais fiscalizações ou auditoria.
- 4.24. Disponibilizar, se necessário, ao Setor de Transporte Escolar, documentos dos veículos como nada consta relativos a multas e infrações de trânsito, pagamento de seguros, licenciamento anual e autorização do DETRAN ou CIRETRAN, dentre outros.
- 4.25. Responsabilizar-se pelo pagamento de multas relativas às infrações de trânsito, ocorridas no período em que o veículo estiver a serviço desta Prefeitura.
- 4.26. Em caso de acidentes, tomar todas as medidas legais cabíveis inclusive providenciando socorro imediato ao(s) acidentado(s) e desobstrução da pista de rolamento. Se necessário, se obriga a açãoar a Polícia Militar ou Federal e Corpo de Bombeiros, bem como comunicar ao



Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e a instituição de ensino de destino ou origem dos alunos.

4.27. A empresa prestadora do serviço deverá estar conectada em tempo integral, pessoalmente ou via telefone fixo/celular, enquanto houver veículos circulando com alunos, disponibilizando-se a comparecer imediatamente no local, em caso de acidentes ou ocorrências graves. O preposto da Contratada deverá, obrigatoriamente, ter poderes para responder pelos serviços a serem contratados sendo responsável pela coordenação, administração e supervisão do seu pessoal e por qualquer comunicação junto ao Contratante, mantendo sempre alinhamento operacional, de maneira que os contratados não interfiram na realização final da prestação de serviço.

4.28. A empresa prestadora de serviço deverá possuir em seu(s) veículo(s) sistema de dispositivos de visão indireta, que podem ser câmera-monitores de ré e retrovisores ou câmera-monitor dianteira ou outro sistema equivalente, em conformidade com a Resolução 504/2014 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).

4.29. A empresa prestadora do serviço deverá ter em cada veículo de transporte escolar, disco cronotacógrafo, conforme dispõe o Art. 105 do Código de Trânsito Brasileiro.

4.30. A empresa prestadora de serviço deverá realizar a regularização do cronotacógrafo do veículo a cada dois anos no INMETRO.

4.31. Os discos tacógrafos originais deverão estar devidamente preenchidos com data, nome do motorista, nº da linha, registro de quilometragem, nº da placa do veículo, KM inicial e final e sem rasuras e danificações.

4.32. O prazo para conserto no aparelho do disco tacógrafo, será de 04 dias úteis, sendo de responsabilidade do motorista do veículo informar ao Setor de Transporte Escolar no mesmo dia que for detectado o defeito.

4.33. As justificativas dos dias de manutenção ou conserto do aparelho de disco tacógrafo serão validadas mediante a apresentação da nota fiscal do conserto do aparelho.

4.34. Instituir para o veículo colocado à disposição pela presente locação, além do seguro obrigatório, o seguro contra danos materiais a terceiros.

4.35. Não fornecer veículo que seja utilizado simultaneamente no serviço de táxi, ou serviço de aluguel a terceiros.

4.36. Colocar o veículo locado à disposição exclusiva desta Prefeitura, em função das necessidades por ela estabelecidas, em termos de dias e horários. Portanto, o atendimento deverá ser exclusivo para o transporte de alunos da Rede Pública, ficando terminantemente proibido carona.

4.37. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos causados a terceiros ou diretamente à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo.

4.38. Fica certo que, na hipótese de não ser efetuado qualquer seguro ou serem insuficientes os seguros contratados, o locador arcará com todos os ônus decorrentes de eventuais sinistros, como se segurada fosse.

4.39. Manter o motorista devidamente habilitado para operar o veículo.



- 4.40. Orientar os motoristas do transporte escolar para que conduzam os veículos em cumprimento a Lei nº 9503/97 do Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações.
- 4.41. Substituir o motorista num prazo de 24 (vinte e quatro) horas caso haja solicitação da Administração.
- 4.42. A Contratada deverá substituir o monitor de alunos que tiver mal comportamento no desempenho de suas funções.
- 4.43. Durante a execução dos serviços o condutor deverá estar devidamente uniformizado com a identificação da empresa e identificação de Transportador Escolar e DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE apresentar-se portando seu crachá de identificação.
- 4.44. Confiar a direção dos veículos somente a motoristas com idade superior a 21 anos e devidamente habilitados na **categoria “D” ou “E”** e que não tenham cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias nos últimos 12 meses.
- 4.45. Oferecer aos motoristas curso de capacitação técnica específico para o transporte escolar conforme determina a Lei nº 9503/97, Código de trânsito Brasileiro.
- 4.46. Manter atualizado o registro do transporte escolar, o cadastro dos seus veículos, condutores e acompanhantes, apresentando e revalidando quaisquer documentos previstos na Instrução de Serviço nº 742014 (DETRAN/ES e alterações) e Instrução de Serviço nº 93, de 23 de junho de 2016 do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (Do Transporte Escolar).
- 4.47. Os veículos utilizados deverão, obrigatoriamente, possuir o laudo de vistoria de verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, emitido por uma das ITL's (Instituição Técnica Licenciada pelo DETRAN/ES) ou ETP's (Entidades Técnicas Paraestatais) na forma do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro e escopos da Resolução 232 do CONTRAN através do sistema SIS-ESCOLAR do DETRAN/ES, atestando o atendimento às Normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas baixadas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.
- 4.48. Os escolares deverão ser transportados exclusivamente sentados, conforme as normas de circulação, **utilizando o cinto de segurança**.
- 4.49. Responsabilizar-se diretamente pela conduta dos acompanhantes e seus condutores durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção de respeito e cortesia no relacionamento com os alunos durante todos os itinerários, bem como, pelas penalidades sofridas em caso de infração.
- 4.50. Independentemente das vistorias previstas na legislação de trânsito, os veículos utilizados no transporte de escolares deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação e limpeza, podendo ser submetidos, a qualquer tempo, à fiscalização do DETRAN/ES e de funcionários da Secretaria Municipal de Educação - Setor de Transporte Escolar.
- 4.51. É obrigatória a fixação do termo de autorização e do selo de conformidade na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.



4.52. O número do registro deverá obrigatoriamente constar nas laterais e na parte traseira do veículo.

4.53. Apresentar mensalmente ao Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação para conferência e aprovação pelo fiscal do contrato, relatório de execução dos serviços contendo: serviços executados, nº do contrato, nº da Linha, Itinerário percorrido, quilometragem rodada, quantitativo nominal de alunos por itinerários, turno do aluno e escola atendida, bem como nome do motorista, nome do monitor se for o caso e placa do veículo.

4.54. Dar manutenção, assistência técnica, fornecimento de serviços ou peças, abastecimento de combustível, troca de óleo ou fluidos, filtros e limpeza dos veículos.

4.55. Arcar com as despesas de seguros, impostos, taxas, registros, licenciamentos e multas de trânsito dos veículos.

4.56. Manter os veículos em bom estado de conservação, garantindo aos usuários segurança e comodidade.

4.57. Em caso de impedimento de circulação de quaisquer veículos destinados a execução do transporte em questão, seja por avarias de qualquer natureza, ou por necessidade de reparos, revisões, emplacamentos, realização de vistoria, e/ou outros serviços, responsabilizar-se pela **substituição imediata** deste veículo, por outro de nível igual ou superior.

4.58. Definir como responsabilidade do Monitor de Transporte Escolar, a organização do embarque e desembarque de alunos, posicionamento dos alunos dentro do veículo, auxílio ao motorista quanto ao comportamento dos alunos durante o trajeto, auxílio na travessia de rodovias e vicinais quando se fizer necessário, orientação e certificação do uso dos acessórios de segurança, orientação sobre os perigos e noções de trânsito.

4.59. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive acidentes, indenizações a terceiros, seguros de vida, assistência médica, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outros, em decorrência da negligência, imprudência, descuido, irresponsabilidade e outros, dos condutores, na sua condição de empregadora, quer em relação à execução dos serviços, quer em relação aos empregados, sem qualquer responsabilidade por parte da Prefeitura Municipal de João Neiva/ES.

4.60. Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, referente aos veículos e/ou funcionários que efetuam o transporte escolar, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra a Prefeitura Municipal de João Neiva/ES.

4.61. É de exclusiva competência e responsabilidade da CONTRATADA quaisquer tipos de serviços em relação a estacionamento, vigilância e guarda dos veículos escolares, não assumindo, portanto, a CONTRATANTE, a responsabilidade de indenizações por danos, furtos, roubos, incêndios, atropelamentos, colisões entre outros, que venham a ocorrer nos pátios internos, externos, ou circunvizinhos de seus prédios, cuja responsabilidade será exclusivamente de seu condutor e/ou proprietário nos dias letivos ou não, durante a execução



do contrato. Tornando assim de responsabilidade exclusiva do responsável da empresa a quilometragem de retorno e ida ao ponto de início do percurso contratado.

Das obrigações da Contratante

4.62. Definir as rotas de tráfego dos veículos escolares da frota contratada.

4.63. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.

4.64. Fiscalizar “in loco” a qualidade dos serviços contratados e o estado de conservação dos veículos utilizados no transporte escolar, conforme determina a Lei nº 9.503/97 do Código Brasileiro de Trânsito.

4.65. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, os aspectos quantitativos e qualitativos, registrando as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências que exijam medidas imediatas.

4.66. Emitir ofício sobre possíveis ocorrências ou irregularidades praticadas por transportadores escolares da empresa contratada que fornecerá o serviço. No ofício deverá ser informado quaisquer ocorrências no âmbito do transporte escolar, dentro e fora do veículo, tais como: discussões, brigas, ofensas pessoais, atrasos nos recolhimentos e/ou chegada nas unidades escolares, reclamações sobre a condução do veículo e outras que envolvam motoristas/monitor e/ou alunos.

4.67. No caso de envolvimento de alunos, deve ser dada imediata ciência ao Diretor Escolar e ao(à) Secretário(a) Municipal de Educação.

4.68. Realizar fiscalização, sem aviso prévio, nos veículos do transporte escolar, observando o comportamento dos alunos, motoristas e monitores, condições de tráfego do veículo e cumprimento das normas descritas na Lei nº 9.503/97 do Código Brasileiro de Trânsito, emitindo se necessário ofício a empresa prestadora do serviço e ao(à) Secretário(a) Municipal de Educação.

4.69. Orientar a empresa prestadora do serviço que o veículo de transporte, no turno e no período escolar, será de uso exclusivo para o transporte de alunos, ficando terminantemente proibido dar carona para outras pessoas.

4.70. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

4.71. Efetuar os pagamentos mediante comprovação de execução dos serviços e nas condições e preços pactuados.

4.72. Notificar a Contratada, por escrito, por meio do Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução dos serviços, fixando prazos para sua correção.

4.73. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Contrato.

4.74. Indicar o gestor e fiscal do contrato, assim como, poderá designar formalmente fiscais de linha no intuito de gerenciar o serviço fiscalizando e controlando os veículos pelas rotas e linhas percorridas após informação, conferência e verificação das mesmas.

4.75. Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato.



4.76. Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

4.77. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Dos Condutores

4.78. Os condutores para exercerem as atividades, deverão ser cadastrados junto ao DETRAN/ES, nos termos da Instrução de Serviço nº 74/2014 do DETRAN/ES (e alterações), Instrução de Serviço nº 93, de 23 de junho de 2016 do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (Do Transporte Escolar) e Instrução de Serviço DETRAN-ES Nº 194N DE 22/09/2017.

4.79. São exigências em relação aos condutores:

- a) Trajar-se adequadamente, usando camisas com mangas, calças compridas, saia, sapatos, tênis ou sandália presa ao calcanhar;
- b) Ter mais de 21 anos;
- c) Possuir habilitação para dirigir veículos da categoria “D” ou “E”;
- d) Conduzir estudantes até o destino final sem interrupção voluntária da viagem;
- e) Tratar com urbanidade os estudantes e o público;
- f) Aproximar o veículo da guia da calçada para efetuar o embarque e o desembarque de passageiros;
- g) Orientar os estudantes, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos;
- h) Recolher, guardar e posteriormente entregar qualquer objeto esquecido no veículo;
- i) Permitir e facilitar a ação da fiscalização da autoridade da Secretaria Municipal de Educação;
- j) Não havendo monitor(a) no veículo, fica o motorista responsável em realizar as orientações pertinentes aos estudantes.

4.80. É vedado aos condutores:

- a) Fumar, quando estiver conduzindo estudantes;
- b) Trabalhar após ter ingerido bebida alcoólica ou outra substância tóxica;
- c) O uso de short ou minissaias e calçados abertos que não se fixem aos pés;
- d) Ausentar-se do veículo, quando este estiver aguardando estudantes, exceto para garantir maior segurança aos mesmos;
- e) Abastecer o veículo quando estiver conduzindo estudantes;
- f) Dirigir em situações que ofereçam riscos à segurança dos estudantes ou de terceiros;



- g) Dirigir o veículo em desacordo com as normas da legislação de trânsito;
- h) Dirigir o veículo estando suspenso ou cassado o direito de dirigir na forma prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro;
- i) Realizar a prestação de serviço de transporte de escolar sem estar devidamente autorizado e regular com seu credenciamento;
- j) Apresentar documento comprovadamente falso ou adulterado, ou que sabe ou deveria saber ser falsificado ou para cuja obtenção tenha concorrido;
- k) Exercer cargo ou função pública no âmbito das administrações diretas e indiretas, nas áreas municipal, estadual e federal, mesmo estando licenciado sem o recebimento de vencimentos.

Dos Monitores

4.81. A empresa contratada deverá contratar monitor de transporte escolar conforme quantidades mencionadas na Planilha de Itinerários do Transporte Escolar, com maioridade civil, devidamente capacitado para a função, para atender aos alunos, devendo, quando necessário, auxiliar no embarque e desembarque, conforme suas necessidades educacionais e especiais (cadeirante, dificuldade locomotora e outros).

4.82. No transporte de estudantes com até 09 (nove) anos de idade, é obrigatória a presença de monitor/acompanhante, com idade mínima de 18 anos. Os mesmos deverão ser cadastrados/autorizados nos termos da Instrução de Serviço nº 074, do DETRAN/ES (e alterações) e Instrução de Serviço nº 93, de 23 de junho de 2016 do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (Do Transporte Escolar).

4.83. O Monitor de Transporte Escolar deverá apresentar-se devidamente identificado com crachá e colete contendo o dístico MONITOR, e com aparência pessoal adequada. Deverá prestar esclarecimentos, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte.

4.84. O Monitor de Transporte Escolar deverá contatar regularmente o diretor ou responsável pela instituição de ensino, ou com o Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, mantendo-o informado de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços.

4.85. Não será necessário monitor nos percursos noturnos.

4.86. São atribuições dos Monitores:

- a) Trajar-se adequadamente, usando camisas com mangas, calças compridas, saia, sapatos, tênis ou sandália presa ao calcanhar;
- b) Orientar o embarque e desembarque dos escolares nos portões das unidades escolares até que os mesmos estejam seguros;
- c) Acompanhar todo o trajeto do veículo até que o último estudante seja entregue na unidade escolar e/ou nos pontos correspondentes a sua linha;
- d) Tratar com urbanidade os escolares e o público;
- e) Permitir e facilitar a fiscalização pelos agentes da autoridade de trânsito;



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129

CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- f) Recolher, registrar, manter guarda e entregar aos escolares no prazo de 1 (um) dia qualquer objeto esquecido no veículo;
- g) Manter as janelas do veículo localizadas juntas aos assentos dos escolares, abertas, quando necessário, mas de maneira a evitar riscos de acidentes com os escolares;
- h) Manter-se com decoro e correções devidos;
- i) Orientar os escolares, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos;
- j) Resolver os conflitos ocorridos dentro do veículo escolar por meio do diálogo e orientações quanto aos deveres e responsabilidades de cada um;
- k) Prestar informações aos pais ou responsáveis pelos escolares, quando solicitado, ou sempre que observar comportamentos inadequados durante a viagem que possam comprometer as atividades do condutor ou colocar em risco outros usuários ou terceiros;
- l) Participar dos cursos de desenvolvimento comportamental previstos na Instrução de Serviço nº 074/2014, de 23 de dezembro 2014;
- m) Verificar se todos os escolares transportados encontram-se com o cinto de segurança regularmente afixados;
- n) Em caso de porte de objetos que oferecem riscos, cabe ao monitor(a) recolher e apresentar a empresa prestadora do serviço, que deverá informar o ocorrido ao Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, para que sejam tomadas as providências cabíveis;
- o) Usar a credencial emitida pelo DETRAN/ES.

4.87. São proibições aos monitores:

- a) Fumar, quando estiver em atividade;
- b) O uso de short ou minissaias e calçados abertos que não se fixem aos pés;
- c) Adotar comportamentos que possam tirar a concentração do condutor e com isso causar riscos de acidentes;
- d) Manter a porta do veículo aberta quando este estiver em movimento;
- e) Trabalhar após ter ingerido bebida alcoólica ou outra substância tóxica;
- f) Permitir que escolares sejam transportados em pé, em locais inadequados ou fora do permitido em lei;
- g) Portar ou manter no veículo arma de qualquer espécie;
- h) Exercer a atividade estando suspenso ou cassado em decorrência de aplicação de penalidade por infração às normas estabelecidas na Instrução de Serviço nº 074/2014.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A prestação dos serviços deverá ser iniciada no prazo de até 03 (três) dias ininterruptos, contando a partir da data de assinatura da Ordem Inicial de Serviço, a ser emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de João Neiva.

5.2. Cronograma de realização dos serviços: de acordo com o calendário escolar seguindo os dias letivos.



5.3. A empresa vencedora deverá cumprir todos os trajetos e horários constantes na especificação de cada roteiro.

5.4. As empresas, os veículos e os motoristas deverão estar devidamente legalizados para atividade, objeto desta contratação, de acordo com as exigências da legislação pertinente ao Transporte Escolar.

5.5. No decorrer da execução do contrato poderão ocorrer situações de abandono de matrículas ou matrículas novas ou modificações nos trajetos para melhor atender os alunos, por iniciativa da Secretaria requisitante, o que poderá resultar na alteração dos roteiros e quilometragens.

5.6. Os valores serão pagos por quilômetro rodado, de acordo com as faixas de quilometro de cada Roteiro. A quilometragem licitada será paga de acordo com a existência de alunos nos roteiros contratados.

5.7. Serão aplicadas ao condutor e a empresa vencedora todas as penalidades previstas no Código Brasileiro de Trânsito, diretamente relacionadas ao transporte escolar, compreendidas nos artigos: 165, 167, 168, 172, 230, 231, 232, 252, 237 e outras que forem inseridas posteriormente do decorrer da vigência da contratação.

Local da prestação dos serviços

5.8. Os serviços serão prestados nos endereços que constam nos anexos deste termo de referência.

6. DOS DOCUMENTOS A SEREM EXIGIDOS DAS EMPRESAS

6.1. A vistoria prévia será realizada por meio do Setor de Transporte Escolar desta Secretaria em até 03 (três) dias úteis após a convocação, sendo a aprovação condição imprescindível para a efetiva contratação.

6.2. Diante da Instrução de Serviço Normativa DETRAN nº 05/2021, que dispõe sobre autorização para o transporte escolar no Espírito Santo, a análise de validade dos documentos dos veículos está condicionada aos termos desta norma.

6.3. Os veículos deverão estar devidamente registrados no DETRAN/ES no ato da vistoria, não sendo aceitos veículos, em nenhuma hipótese, que não atendam esta condição.

6.4. O contratado do lote/percurso deve apresentar os seguintes documentos para vistoria:

6.4.1. Do(s) veículo(s):

a) Cópia do certificado de inspeção semestral dos equipamentos obrigatórios de segurança (INMETRO ou outro indicado pelo DETRAN-ES), emitido por ITL – Instituição Técnica Licenciada ou ETP- Entidades Técnicas Para-estaduais com sede no Espírito Santo, credenciada na forma da resolução 632/2016 do CONTRAN (alterado pela INS/DETRAN 194/2017).

b) Cópia do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo atualizado, na categoria aluguel e transporte de Escolares (alterado pela INS/DETRAN 194/2017).

c) Cópia do Comprovante de adimplência com o IPVA.

d) Cópia do Comprovante de Seguro Obrigatório, ou bilhete na Categoria do veículo.



- e) Cópia do Comprovante de adimplência com o DPVAT.
- f) Termo de Autorização dos veículos emitido pelo DETRAN/ES.
- g) Certificado de verificação do tacógrafo de cada veículo emitido pelo INMETRO e válido na data da vistoria (alterado pela INS/DETRAN 194/2017).

6.4.2. Do(s) motorista(s):

- a) Carteira Nacional de Habilitação Categoria “D” ou “E” dos motoristas em número compatível aos lotes/percursos arrematados, com a informação de que exerce atividade remunerada.
- b) Certificado de aprovação no Curso de Formação de Condutores de Veículos de Transporte de Escolares para os motoristas em número compatível aos lotes/percursos arrematados.
- c) Credenciamento dos motoristas emitido pelo DETRAN/ES para os motoristas em número compatível aos lotes/percursos arrematados, em conformidade com a IS/DETRAN/ES Nº011 de 17 de fevereiro de 2014 e outras citadas.
- d) Comprovante de endereço.
- e) Certidão negativa estadual do registro de distribuição criminal de todas as comarcas do Espírito Santo relativo a crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.
- f) Certidão negativa Federal do registro de distribuição criminal de todas as comarcas do Espírito Santo relativo a crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.

14.15. 10.27.10. Comprovação do vínculo do motorista com a empresa ou com a cooperativa.

14.16. 10.27.10.1. Em caso de empresa, será aceito declaração, assinado pela proponente e pelo motorista comprometendo-se em realizar o serviço do referido lote.

6.4.3. Do(s) monitor(es):

- a) Comprovante de endereço.
- b) Cópia do documento de identificação com foto.
- c) Certidão negativa Federal do registro de distribuição criminal de todas as comarcas do Espírito Santo relativo a crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.
- d) Certidão negativa estadual do registro de distribuição criminal de todas as comarcas do Espírito Santo relativo a crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores.
- e) Carteirinha de Monitor de Transporte Escolar, emitida pelo DETRAN.

6.4.4. No ato da apresentação dos VEÍCULOS para vistoria o Setor de Transporte Escolar da SEMED avaliará:

- a) Capacidade de transportar os ocupantes sentados, de acordo com o percurso estabelecido neste TR.

- b) Cintos de segurança em todos os assentos, conforme inciso VI, do Art. 136, do CTB.

6.5. Saídas de emergência.

a) Permanência das características originais de fábrica satisfazendo as exigências do Código de Trânsito Brasileiro, exceto com relação às modificações solicitadas;

b) Se possui os equipamentos obrigatórios legais e estar também equipado com fecho interno de segurança nas portas, saída de emergência.

c) Se apresenta faixa com o limite de capacidade de lotação fixado na parte externa do veículo.



d) Se possui lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira, conforme inciso V, do Art. 136, do CTB.

e) A fixação da autorização de tráfego para o transporte escolar, fixada em local visível no interior do veículo, conforme Art. 137, do CTB.

f) Se possui abertura máxima das janelas de 10 cm.

g) Por questões de segurança, os veículos não poderão ter nenhum tipo de película de controle solar instalado.

6.6. Os veículos que forem submetidos à vistoria não poderão ser substituídos durante a execução do contrato, salvo se solicitado pela CONTRATADA ou se for necessário e devidamente autorizado e vistoriado pela SEMED.

6.7. Os veículos deverão estar em perfeitas condições de conservação e funcionamento mecânico como: motor, caixa de câmbio, diferencial, sistema hidráulico, pneus e outros; indicadores tais como: cronotacógrafo, medidor de combustível, filtros de óleo e ar e temperatura; parte elétrica, faróis, sinalizações externas e iluminação interna; e outros, e ainda conter todos os acessórios obrigatórios como: macaco, chave de rodas, triângulo, extintor e cintos de segurança para o motorista e os passageiros e outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN. Todos estes itens serão avaliados e fotografados para emissão de Termo de Aceite do Veículo.

6.8. Devem conter Selo de inspeção contendo o QR CODE, de maneira que seja visível do lado externo do veículo (alterado pela ISN/DETRAN 194, do dia 22/09/2017).

6.9. As placas dos veículos deverão estar devidamente lacradas, visíveis e atualizadas de acordo com Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV, apresentado.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/FISCALIZAÇÃO.

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



7.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

7.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.11. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

7.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.13. O gestor do Contrato será o (a) Secretário (a) Municipal de Educação.

7.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem 5% (cinco por cento) do valor de que trata o art. 75, II da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobreposta até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.13. A nota fiscal ou fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta, aos cadastros seguintes, para identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas:

- a) Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedor - SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.15. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou,



no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 20 (vinte) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

8.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem 5% (cinco por cento) do valor de que trata o art. 75, II da Lei nº 14.133, de 2021.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária ou transferência eletrônica, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, cheque nominal ou cartão eletrônico.

8.23. Será considerada data do pagamento, no caso de ordem bancária, o dia em que constar como emitida, no caso de transferência eletrônica, a data de sua efetivação, no caso de cheque nominal, a data de seu recebimento pelo credor.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

9. SANÇÕES

9.1. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do (s) produto (s), sujeitando-se às penalidades nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.333/2021.

9.2. Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 165 da Lei nº 14.333/2021.

9.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela PMJN após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

9.4. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

9.5. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

9.6. Nos casos de fiscalização de rotina, ou mediante alguma denúncia feita à SEMED, na qual apurar alguma irregularidade, a CONTRATADA será notificada tendo um prazo de 24 a 72 horas, conforme a situação apurada, para que sejam sanadas as irregularidades constatadas. Após este prazo a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Graduação, descrição e valores das multas.

GRAU		CORRESPONDÊNCIA	
1		R\$ 100,00	
2		R\$ 150,00	
3		R\$ 500,00	
4		R\$ 700,00	
5		R\$ 1.000,00	
6		R\$ 1.500,00	
ITEM	DESCRÍÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por infração e por funcionário.
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por infração e por funcionário.
3	Deixar de efetuar a substituição de pessoal responsável pelo transporte/monitoramento quando este apresentar conduta condenatória durante serviço prestado.	3	Por infração e por funcionário.
4	Deixar de providenciar substituição dos serviços	3	Por infração e por funcionário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129

CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

	prestados (motorista ou monitor).		
5	Suspender ou interromper os serviços.	6	Por dia e por infração.
6	Deixar de executar as rotas com assiduidade e pontualidade conforme CONTRATO e documentos emitidos pela SEME.	4	Por infração e por dia.
7	Deixar de atender as solicitações emergenciais no prazo determinado.	4	Por infração e por dia.
8	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos.	4	Por infração e por funcionário.
9	Deixar de providenciar reparos aos danos causados por seus funcionários à administração no prazo de 24 horas.	5	Por infração e por dia.
10	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico (lesão corporal ou consequências letais) ou moral aos alunos transportados.	6	Por infração e por aluno.
11	Retirar qualquer aluno sem autorização prévia do responsável da Unidade de Ensino.	4	Por aluno.
12	Entregar aluno fora do horário previsto no calendário escolar da Unidade de Ensino.	4	Por aluno.
13	Substituir o veículo da rota, sem prévia aprovação da SEME.	3	Por veículo e por dia.
14	Apresentar Nota Fiscal desconforme com o previsto no Termo de Referência, sem a documentação exigida e fora do prazo de validade, compondo o processo de pagamento.	1	Por infração e por documento.
15	Desobedecer aos percursos e paradas, para embarques e desembarques, estabelecidos previamente pela SEME.	6	Por infração verificada via denúncia e fiscalização
16	Dar carona a qualquer pessoa que não seja aluno credenciado da rota ou agente fiscalizador habilitado e credencializado pela SEME.	6	Por infração verificada via denúncia e fiscalização

9.7. Nos casos de infrações onde haja o **flagrante** pela Autoridade Competente (Pólicia Militar, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Rodoviária Federal, Fiscais de Trânsito DETRAN, ou demais autoridades) ou, ainda, por algum dos componentes designados da SEMED, que pela irregularidade constatada, seja considerada a multa indispensável e urgente, a **penalidade será aplicada de imediato**.



10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Exigências de habilitação

10.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.5. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.6. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.7. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

10.9. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 10.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 10.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 10.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.16. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.17. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.18. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 10.19. Será exigida a seguinte documentação complementar das cooperativas participantes:
 - 10.19.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, XI, 21, I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;
 - 10.19.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - 10.19.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - 10.19.4. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
 - 10.19.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 - 10.19.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de



convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.19.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Qualificação econômico-financeira

10.20. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, II da Lei nº 14.133, de 2021);

10.21. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas

I – Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II – Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III – Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

10.22. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

10.23. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.24. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (art. 69, §6º da Lei nº 14.133, de 2021).

Qualificação Técnica

10.25. Para comprovação de qualificação técnica operacional será exigido:

10.25.1. Apresentação de Atestado de Capacidade Técnica da empresa licitante para execução de serviços compatíveis com o objeto desta licitação em características, qualidade e prazo, que permita a avaliação da capacidade de atendimento, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.25.2. Declaração da licitante de que dispõe de veículo, pessoal e todo o necessário para o cumprimento contratual, caso seja vencedora do certame.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.232.270,25 (três milhões, duzentos e trinta e dois mil, duzentos e setenta reais e vinte e cinco centavos), conforme custos unitários



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129

CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

apostos no **anexo I** deste termo de referência, fornecido pela Secretaria Estadual de Educação - SEDU.

12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de João Neiva-ES.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

025 – Secretaria Municipal de Educação – SEMED

25.200 – Educação Básica Municipal

12 – Educação

361 – Ensino Fundamental

0023 – Apoio ao Educando

2.061 – Transporte Escolar

339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

155300000000 – Transferência de Recursos do FNDE Referente ao PNATE

155000000000 – Transferência do Salário Educação

157600000001 – Recursos Destinados a Programas de Educação - PETE

150000250000 – Receita de Impostos e de Transferência de Impostos

486 – Ficha

12.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

João Neiva-ES, 30 de setembro de 2025.

Rejiane Ebert de Aranti

Secretaria Municipal de Educação

Decreto nº 9.947/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129

CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

ANEXO I - TR



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE SUPORTE A EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE APOIO ESCOLAR



PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR – PETE

204 DIAS LETIVOS*

LOTES POR VEÍCULO - MUNICÍPIO DE JOAO NEIVA									
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
1	20252130002	VOLTA ESTADO - PROP MADSON X BR 259 X CONEXÃO X EEEFM JOÃO NEIVA	EEEFM JOAO NEIVA	24	15 passageiros	R\$ 7,78	R\$ 38.090,88	R\$ 0,00	R\$ 38.090,88
1	20252130001	IDA ESTADO E MUNICÍPIO - VOLTA MUNICÍPIO - PROP MADSON X LAGOA DO LIMÃO X SANTA EMILIA - VOLTA X CAVALINHO X JOAO NEIVA X ESCOLAS	EEEFM JOAO NEIVA / ESCOLAS MUNICIPAIS	59	15 passageiros	R\$ 7,78	R\$ 28.812,33	R\$ 64.827,75	R\$ 93.640,08
TOTAL DO LOTE				83			R\$ 66.903,21	R\$ 64.827,75	R\$ 131.730,96
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
2	20252130005	VOLTA MATUTINO ESTADO - JOÃO NEIVA X SÃO CARLOS II X CRISTAL X RIBEIRÃO DE CIMA X RIBEIRÃO DO MEIO X BARRO VERMELHO	EEEFM JOÃO NEIVA	45,9	41 passageiros	R\$ 9,61	R\$ 89.984,20	R\$ 0,00	R\$ 89.984,20
2	20252130003	IDA MUNICÍPIO/ESTADO - RIBEIRÃO DO MEIO X RIBEIRÃO DE CIMA X CRISTAL X ESCOLA JOSÉ REBUZZI SARCINELLI X JOÃO NEIVA	EEEFM JOÃO NEIVA / ESCOLAS MUNICIPAIS	12,8	41 passageiros	R\$ 9,61	R\$ 13.761,02	R\$ 11.332,61	R\$ 25.093,63
2	20252130015	VOLTA MUNICIPIO REGULAR - JOÃO NEIVA X CRISTAL X RIBEIRÃO DE CIMA X RIBEIRÃO DO MEIO	EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO / EMEIF JOSE REBUZZI SARCINELLI	12,8	41 passageiros	R\$ 9,61	R\$ 0,00	R\$ 25.093,63	R\$ 25.093,63
2	20251130004	VOLTA INTEGRAL MUNICIPIO - CRISTAL X RIBEIRÃO DE CIMA X RIBEIRÃO DO MEIO	EMEIF JOSE REBUZZI SARCINELLI	21,6	41 passageiros	R\$ 9,61	R\$ 0,00	R\$ 42.345,50	R\$ 42.345,50
TOTAL DO LOTE				93,1			R\$ 103.745,22	R\$ 78.771,74	R\$ 182.516,96



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
3	20252130006	IDA ESTADO E MUNICÍPIO - VOLTA MUNICÍPIO - LAGOA DO LIMÃO X VALADA DE CAVALINHO X CAVALINHO X EMPEIF CAVALINHO X EMEF PROF. MARIA OLIRIA X EEEFM JOÃO NEIVA	EEEFM JOAO NEIVA / ESCOLAS MUNICIPAIS	49,8	08 passageiros	R\$ 6,62	R\$ 26.901,56	R\$ 40.352,34	R\$ 67.253,90
3	20252130007	VOLTA ESTADO - LAGOA DO LIMÃO - VALADA DE CAVALINHO - CAVALINHO X EEEFM JOÃO NEIVA (BARRA DO TRIUNFO)	EEEFM JOAO NEIVA	36,7	08 passageiros	R\$ 6,62	R\$ 49.562,62	R\$ 0,00	R\$ 49.562,62
TOTAL DO LOTE				86,5			R\$ 76.464,18	R\$ 40.352,34	R\$ 116.816,52
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
4	20251130009	VOLTA INTEGRAL MUNICIPAL - PASTO NOVO X FAZENDA PANDONFI X PROPIEDADE ROGÉRIO SOEIRO - CONEXÃO COM A ROTA 20252130003	EMEIF JOSE REBUZZI SARCINELLI	13	08 passageiros	R\$ 13,19	R\$ 0,00	R\$ 34.979,88	R\$ 34.979,88
4	20252130008	IDA COMPARTILHADA - VOLTA MUNICÍPIO REGULAR - PASTO NOVO X FAZENDA PANDONFI X PROP ROGÉRIO SOEIRO - CONEXÃO COM A ROTA 20252130003 (RIBEIRÃO DE CIMA/RIBEIRÃO DO MEIO)	EEEFM JOAO NEIVA / ESCOLAS MUNICIPAIS	13,2	08 passageiros	R\$ 13,19	R\$ 15.222,01	R\$ 20.296,02	R\$ 35.518,03
4	20252130010	VOLTA ESTADO (REGULAR) - PASTO NOVO X FAZENDA PANDONFI X PROPIEDADE ROGÉRIO SOEIRO - CONEXÃO COM A ROTA 20252130003	EEEFM JOAO NEIVA	18,8	08 passageiros	R\$ 13,19	R\$ 50.586,29	R\$ 0,00	R\$ 50.586,29
TOTAL DO LOTE				45			R\$ 65.808,30	R\$ 55.275,90	R\$ 121.084,20
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
5	20252130025	IDA E VOLTA ESTADO - BARRA DO TRIUNFO X PROP DELA BARBA (CACHOEIRA)	EEEFM JOAO NEIVA	16,6	15 passageiros	R\$ 9,24	R\$ 31.290,34	R\$ 0,00	R\$ 31.290,34
5	20252130011	IDA (5:00) E VOLTA ESTADO - CÓRREGO CACHOEIRINHA X BARRA DO TRIUNFO X PROP MAZOLINI - VOLTA X BARRA DO TRIUNFO X CONEXÃO	EEEFM JOAO NEIVA	35,1	15 passageiros	R\$ 9,24	R\$ 66.162,10	R\$ 0,00	R\$ 66.162,10



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

5	20252130013	IDA (5:30) E VOLTA MUNICÍPIO (11:30) - BARRA DO TRIUNFO X PROP DELA BARBA (CACHOEIRA) X BARRA DO TRIUNFO	EEEFM JOAO NEIVA/EMEIF GUILHERME BATISTA	16,6	15 passageiros	R\$ 9,24	R\$ 0,00	R\$ 31.290,34	R\$ 31.290,34
TOTAL DO LOTE					68,3			R\$ 97.452,44	R\$ 31.290,34
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total	R\$/km	Estado	Município	Total	
6	20252130016	IDA ESTADO E MUNICÍPIO/ VOLTA ESTADO - BARRA DO TRIUNFO X ACIOLI X CAVALINHO X JOÃO NEIVA	EEEFM JOÃO NEIVA / ESCOLAS MUNICIPAIS	63,2	41 passageiros	R\$ 10,11	R\$ 47.398,62	R\$ 82.947,59	R\$ 130.346,21
TOTAL DO LOTE					63,2			R\$ 47.398,62	R\$ 82.947,59
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total	R\$/km	Estado	Município	Total	
7	20251130021	VOLTA MUNICÍPIO INTEGRAL - CAVALINHO X PROP MORELATO X EDSON FAVARATO	EMPEIF CAVALINHO / EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	41,8	15 passageiros	R\$ 5,97	R\$ 0,00	R\$ 50.907,38	R\$ 50.907,38
7	20252130020	VOLTA ESTADO - CAVALINHO X TURCO GUIDOLINE X EDSON FAVARATO	EEEFM JOAO NEIVA	53,4	15 passageiros	R\$ 5,97	R\$ 65.034,79	R\$ 0,00	R\$ 65.034,79
7	20252130019	IDA ESTADO E MUNICÍPIO / VOLTA MUNICÍPIO MATUTINO - PROP ERALDO FAVARATO X EDSON FAVARATO X PROP MORELATO X BR 259 X CAVALINHO X TURCO GUIDOLINE - VOLTA X CAVALINHO X JOÃO NEIVA	EEEFM JOAO NEIVA / ESCOLAS MUNICIPAIS	67	15 passageiros	R\$ 5,97	R\$ 34.970,55	R\$ 46.627,41	R\$ 81.597,96
TOTAL DO LOTE					162,2			R\$ 100.005,34	R\$ 97.534,79
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total	R\$/km	Estado	Município	Total	
8	20252130027	IDA E VOLTA ESTADO INTEGRAL VESPERTINO - JOÃO NEIVA X ALARICO X RETIRO (BAR DO MANTOVANI)	EEEFM JOAO NEIVA	26,3	23 passageiros	R\$ 8,38	R\$ 44.960,38	R\$ 0,00	R\$ 44.960,38
8	20251130029	VOLTA MUNICÍPIO INTEGRAL - CRISTAL X PIRAJUEAÇU X RETIRO X JUA X PELADO X MANTOVANI X JOAO NEIVA	ESCOLAS MUNICIPAIS	23,4	23 passageiros	R\$ 8,38	R\$ 0,00	R\$ 40.002,77	R\$ 40.002,77
8	20252130028	VOLTA ESTADO MATUTINO - JOÃO NEIVA X JUA X PELADO X RETIRO (BAR DO MANTOVANI) X CRISTAL	EEEFM JOAO NEIVA	14,8	23 passageiros	R\$ 8,38	R\$ 25.300,90	R\$ 0,00	R\$ 25.300,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

8	20252130026	IDA ESTADO E MUNICÍPIO / VOLTA MUNICÍPIO MATUTINO - RETIRO (BAR DO MANTOVANI) X JUA X PELADO X PIRAJECAU X CRISTAL X COHAB X JOÃO NEIVA	EEEFM JOAO NEIVA / ESCOLAS MUNICIPAIS	42	23 passageiros	R\$ 8,38	R\$ 7.977,76	R\$ 63.822,08	R\$ 71.799,84
TOTAL DO LOTE					106,5			R\$ 78.239,04	R\$ 103.824,85
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total	R\$/km	Estado	Município	Total	
9	20252130031	VOLTA ESTADO - EEEFM JOAO NEIVA X AREA RURAL MUNDO NOVO	EEEFM JOAO NEIVA	4,8	15 passageiros	R\$ 20,44	R\$ 20.014,85	R\$ 0,00	R\$ 20.014,85
9	20252130030	IDA MUNICÍPIO E ESTADO/VOLTA MUNICÍPIO - AREA RURAL MUNDO NOVO X EEEFM JOAO NEIVA	EEEFM JOAO NEIVA / ESCOLAS MUNICIPAIS	18,7	15 passageiros	R\$ 20,44	R\$ 8.663,83	R\$ 69.310,68	R\$ 77.974,51
TOTAL DO LOTE					23,5			R\$ 28.678,68	R\$ 69.310,68
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total	R\$/km	Estado	Município	Total	
10	20251130034	VOLTA DO MUNICÍPIO INTEGRAL - PROP REINALDO FAVARATO X PROP ELTON FAVARATO X BR-259 X PROP RENATO MARIN X ACIOLI	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	30,9	08 passageiros	R\$ 6,14	R\$ 0,00	R\$ 38.704,10	R\$ 38.704,10
10	20251130022	IDA MUNICÍPIO MATUTINO - PROP RENATO MARIN X PROP GERALDO FAVARATO X PROP ELTON FAVARATO X ACIOLI X SANTA HELENA X ESCOLA	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	16,1	08 passageiros	R\$ 6,14	R\$ 0,00	R\$ 20.166,22	R\$ 20.166,22
10	20252130032	IDA ESTADO E MUNICÍPIO MATUTINO - VOLTA ESTADO - PROP REINALDO FAVARATO X ACIOLI X ESCOLA	EEEFM JOÃO NEIVA / EMEIF GUILHERME BAPTISTA	27,8	08 passageiros	R\$ 6,14	R\$ 0,00	R\$ 34.821,17	R\$ 34.821,17
10	20251130035	IDA E VOLTA MUNICÍPIO VESPERTINO - PROP ELTON FAVARATO X PROP GERALDO FAVARATO X EMEIF GUILHERME BAPTISTA	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	12,2	08 passageiros	R\$ 6,14	R\$ 0,00	R\$ 15.281,23	R\$ 15.281,23
10	20252130033	VOLTA MUNICÍPIO MATUTINO - PROP REINALDO FAVARATO X PROP ELTON FAVARATO X BR-259 X PROP RENATO MARIN X ACIOLI	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	31	08 passageiros	R\$ 6,14	R\$ 0,00	R\$ 38.829,36	R\$ 38.829,36
TOTAL DO LOTE					118			R\$ 0,00	R\$ 147.802,08
									R\$ 147.802,08



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
						Total	R\$/km	Estado	Município
11	20251130023	VOLTA MUNICÍPIO INTEGRAL - PROP FLORENCIO FAVARATO X ACIOLI X SANTA HELENA X PROP DELA BARBA (CACHOEIRA) X PROP GIACOMIN X PROP MAZOLINI X PROP ZUCOLLOTO X LEIA POLESE X ACIOLI	EMEIF GUILHERME BATISTA	31,4	08 passageiros	R\$ 6,99	R\$ 0,00	R\$ 44.775,14	R\$ 44.775,14
11	20252130036	IDA E VOLTA ESTADO - PROP FLORENCIO FAVARATO X ACIOLI X CONEXÃO BARRA DO TRIUNFO	EEEFM JOAO NEIVA	14	08 passageiros	R\$ 6,99	R\$ 19.963,44	R\$ 0,00	R\$ 19.963,44
11	20251130038	IDA E VOLTA MUNICÍPIO VESPERTINO - ESPERANÇA X PROPRIEDADE FLORENCIO FAVARATO - VOLTA X BR 259 X SANTA HELENA X EMEIF GUILHERME BATISTA	EMEIF GUILHERME BATISTA	45,6	08 passageiros	R\$ 6,99	R\$ 0,00	R\$ 65.023,78	R\$ 65.023,78
11	20251130037	IDA E VOLTA MUNICÍPIO MATUTINO - PROP FLORENCIO FAVARATO X EMEIF GUILHERME BATISTA	EMEIF GUILHERME BATISTA	6	08 passageiros	R\$ 6,99	R\$ 0,00	R\$ 8.555,76	R\$ 8.555,76
TOTAL DO LOTE				97			R\$ 19.963,44	R\$ 118.354,68	R\$ 138.318,12
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
12	20251205008	VOLTA MUNICIPIO - ALTO BOA VISTA X CACHOEIRINHA X PROP ANTONIO ZUCOLOTO X ORIDES ZUCOLOTO X PROP TIAO ZUCOLOTO X BARRA DO TRIUNFO	EMPEIF BARRA DO TRIUNFO/EMEIF GUILHERME BATISTA	11,8	15 passageiros	R\$ 16,39	R\$ 0,00	R\$ 39.454,01	R\$ 39.454,01
12	20251130039	IDA MUNICIPIO MATUTINO - ALTO BOA VISTA X PROP ANTONIO ZUCOLOTO X ORIDES ZUCOLOTO X PROP TIAO ZUCOLOTO X BARRA DO TRIUNFO X PROP JONAS VASSOLER X PROP GIACOMIN X ACIOLI	EMPEIF BARRA DO TRIUNFO/EMEIF GUILHERME BATISTA	18,4	15 passageiros	R\$ 16,39	R\$ 0,00	R\$ 61.521,50	R\$ 61.521,50
TOTAL DO LOTE				30,2			R\$ 0,00	R\$ 100.975,51	R\$ 100.975,51
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
13	20251130043	IDA E VOLTA INTEGRAL MUNICIPIO - JOAO NEIVA X CRISTAL	EMEIF JOSÉ REBUZZI SARCINELLI	12,5	41 passageiros	R\$ 18,97	R\$ 0,00	R\$ 48.373,50	R\$ 48.373,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

13	20252130042	VOLTA MATUTINO ESTADO - JOÃO NEIVA X SANTO AFONSO	EEEFM JOÃO NEIVA	9,9	41 passageiros	R\$ 18,97	R\$ 38.311,81	R\$ 0,00	R\$ 38.311,81
13	20252130041	IDA MUNICÍPIO E ESTADO / VOLTA MUNICIPIO - SANTO AFONSO X JOÃO NEIVA	EEEFM JOÃO NEIVA / EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	11,2	41 passageiros	R\$ 18,97	R\$ 15.169,93	R\$ 28.172,73	R\$ 43.342,66
TOTAL DO LOTE				33,6			R\$ 53.481,74	R\$ 76.546,23	R\$ 130.027,97
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
14	20251130046	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - CRISTAL X BARRO VERMELHO	EMEIF JOSÉ REBUZZI SARCINELL	10,6	41 passageiros	R\$ 17,11	R\$ 0,00	R\$ 36.998,66	R\$ 36.998,66
14	20251130045	VOLTA MUNICIPIO REGULAR - JOÃO NEIVA X COHAB X PIRAJECAU X CRISTAL X RIBEIRÃO DE CIMA X RIBEIRÃO DO MEIO X BARRO VERMELHO	ESCOLAS MUNICIPAIS	18,4	41 passageiros	R\$ 17,11	R\$ 0,00	R\$ 64.224,10	R\$ 64.224,10
14	20252130044	IDA MUNICÍPIO/ESTADO MATUTINO - BARRO VERMELHO X CRISTAL X PIRAJECAU X COHAB X JOÃO NEIVA	EEEFM JOÃO NEIVA / ESCOLAS MUNICIPAIS	10,1	41 passageiros	R\$ 17,11	R\$ 0,00	R\$ 35.253,44	R\$ 35.253,44
TOTAL DO LOTE				39,1			R\$ 0,00	R\$ 136.476,20	R\$ 136.476,20
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
15	20251130047	IDA E VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - JOÃO NEIVA X CRISTAL	EMEIF JOSÉ REBUZZI SARCINELL	9,6	41 passageiros	R\$ 20,82	R\$ 0,00	R\$ 40.773,89	R\$ 40.773,89
15	20252130048	IDA ESTADO E MUNICIPIO - VOLTA DO MUNICIPIO REGULAR - CRISTAL X BR101 X JOÃO NEIVA	EEEFM JOÃO NEIVA / ESCOLAS MUNICIPAIS	20,4	41 passageiros	R\$ 20,82	R\$ 0,00	R\$ 86.644,51	R\$ 86.644,51
TOTAL DO LOTE				30			R\$ 0,00	R\$ 127.418,40	R\$ 127.418,40
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
16	20251130049	IDA E VOLTA MUNICIPIO - PROP GLUBER TONON X PROP GABRIEL X PROP ALECI FAVARO X BAIRRO COHAB X JOAO NEIVA	EMEIF DOUTOR ORLINDO FRANCISCO BORGES / EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	16	15 passageiros	R\$ 28,35	R\$ 0,00	R\$ 92.534,40	R\$ 92.534,40
TOTAL DO LOTE				16			R\$ 0,00	R\$ 92.534,40	R\$ 92.534,40



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
						Total	R\$/km	Estado	Município
17	20252130050	IDA E VOLTA NOTURNO - BARRO VERMELHO X RIBEIRÃO DE CIMA X RIBEIRÃO DO MEIO CRISTAL X JOÃO NEIVA	EEEFM JOÃO NEIVA	48	41 passageiros	R\$ 7,26	R\$ 71.089,92	R\$ 0,00	R\$ 71.089,92
17	20252130024	IDA E VOLTA ESTADO INTERMEDIÁRIO - SAO CARLOS 2 X PIRAJECAU X CRISTAL X RIBEIRÃO DE CIMA X RIBEIRÃO DO MEIO X BARRO VERMELHO	EEEFM JOÃO NEIVA	36	41 passageiros	R\$ 7,26	R\$ 53.317,44	R\$ 0,00	R\$ 53.317,44
TOTAL DO LOTE				84			R\$ 124.407,36	R\$ 0,00	R\$ 124.407,36
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
18	20252130051	IDA MUNICIPIO E ESTADO / VOLTA MUNICIPIO - PROP RONIVAL X PROP MILANE TESTA X ZUCARATO X RIO OTELO X DEMETRIO RIBEIRO X VALADA DA MANHÃ X DEMETRIO RIBEIRO X JOÃO NEIVA	EEEFM JOÃO NEIVA X EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	42,8	23 passageiros	R\$ 13,17	R\$ 16.427,13	R\$ 98.562,77	R\$ 114.989,90
TOTAL DO LOTE				42,8			R\$ 16.427,13	R\$ 98.562,77	R\$ 114.989,90
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
19	20251130053	IDA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X CRISTAL X PIRAJECAU X JOÃO NEIVA X SANTO AFONSO X ACIOLI	EMPEIF CAVALINHO / EMEIF GUILHERME BATISTA	35,2	41 passageiros	R\$ 9,57	R\$ 0,00	R\$ 68.720,26	R\$ 68.720,26
19	20251130052	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - ACIOLI x BARRA DO TRIUNFO X ACIOLI X SANTO AFONSO X JOÃO NEIVA X CRISTAL X PIRAJECAU X BARRO VERMELHO	EMPEIF CAVALINHO / EMEIF GUILHERME BATISTA	51	41 passageiros	R\$ 9,57	R\$ 0,00	R\$ 99.566,28	R\$ 99.566,28
TOTAL DO LOTE				86,2			R\$ 0,00	R\$ 168.286,54	R\$ 168.286,54
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
20	20252130056	VOLTA ESTADO MATUTINO - JOÃO NEIVA MONTE SECO X RETORNO ANTIGA PARMALAT X CABOCLO BERNADO X SÃO CARLOS II	EEEFM JOÃO NEIVA	15,6	41 passageiros	R\$ 9,60	R\$ 30.551,04	R\$ 0,00	R\$ 30.551,04



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

20	20251130055	VOLTA MUNICIPIO REGULAR - JOAO NEIVA X MONTE SECO X RETORNO BASE ECO-101 X CABOCLO BERNADO X SÃO CARLOS II	EMEI TERESITA BORRINI FARINA / EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	17,2	41 passageiros	R\$ 9,60	R\$ 0,00	R\$ 33.684,48	R\$ 33.684,48
20	20252130054	IDA ESTADO E MUNICIPIO - MONTE SECO X RETORNO BASE ECO-101 X CABOCLO BERNADO X SÃO CARLOS II X COHAB X JOAO NEIVA X CRISTAL	EEEFM JOÃO NEIVA / ESCOLAS MUNICIPAIS	35,4	41 passageiros	R\$ 9,60	R\$ 49.519,54	R\$ 19.807,82	R\$ 69.327,36
20	20252130012	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - CRISTAL X JOAO NEIVA X SÃO CARLOS II X COHAB X BR101	EMEIF JOSE REBUZZI SARCINELLI	17,5	41 passageiros	R\$ 9,60	R\$ 21.420,00	R\$ 12.852,00	R\$ 34.272,00
TOTAL DO LOTE				85,7			R\$ 101.490,58	R\$ 66.344,30	R\$ 167.834,88
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
21	20252130057	IDA E VOLTA ESTADO INTERMEDIARIO - SÃO ROQUE X DEMÉTRIO RIBEIRO X RIO SAUNAS X EEEFM JOÃO NEIVA	EEEFM JOÃO NEIVA	19	23 passageiros	R\$ 18,60	R\$ 72.093,60	R\$ 0,00	R\$ 72.093,60
21	20252130058	IDA MUNICÍPIO E ESTADO X VOLTA MUNICÍPIO - DEMÉTRIO RIBEIRO X JOÃO NEIVA	EEEFM JOÃO NEIVA / ESCOLAS MUNICIPAIS	14	23 passageiros	R\$ 18,60	R\$ 0,00	R\$ 53.121,60	R\$ 53.121,60
TOTAL DO LOTE				33			R\$ 72.093,60	R\$ 53.121,60	R\$ 125.215,20
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
22	20252130060	IDA E VOLTA MUNICIPIO E ESTADO VESPERTINO - CRUBIXA X MONTE LIBANO X SAO BRAS X ESCOLAS	EEEFM JOAO NEIVA / ESCOLAS MUNICIPAIS	3,8	23 passageiros	R\$ 29,16	R\$ 0,00	R\$ 22.604,83	R\$ 22.604,83
22	20252130059	IDA MUNICIPIO E ESTADO MATUTINO - CRUBIXA X MONTE LIBANO X SAO BRAS X SANTO AFONSO X ESCOLAS / VOLTA MUNICIPIO MATUTINO	EEEFM JOAO NEIVA / ESCOLAS MUNICIPAIS	15,6	23 passageiros	R\$ 29,16	R\$ 23.199,70	R\$ 69.599,08	R\$ 92.798,78
TOTAL DO LOTE				19,4			R\$ 23.199,70	R\$ 92.203,91	R\$ 115.403,61
Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
				Total		R\$/km	Estado	Município	Total
23	20252130017	IDA E VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - LAGOA DO LIMÃO X CAVALINHO X ACIOLI	EMPEIF CAVALINHO / EMEIF GUILHERME BATISTA	75	41 passageiros	R\$ 9,21	R\$ 0,00	R\$ 140.913,00	R\$ 140.913,00
TOTAL DO LOTE				75			R\$ 0,00	R\$ 140.913,00	R\$ 140.913,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

Veículo	Código Rota	Descrição da Rota	Escola	Quilometragem	Capacidade Veículo	Custo			
						Total	R\$/km	Estado	Município
24	20252130018	IDA E VOLTA ESTADO NOITE - BARRA DO TRIUNFO X ACIOLI X FAZ CAIANA X CAVALINHO X SANTO AFONSO X JOÃO NEIVA	EEEFM JOÃO NEIVA	69,4	41 passageiros	R\$ 7,97	R\$ 112.836,07	R\$ 0,00	R\$ 112.836,07
TOTAL DO LOTE				69,4			R\$ 112.836,07	R\$ 0,00	R\$ 112.836,07
TOTAL GERAL						R\$ 1.188.594,65	R\$ 2.043.675,60	R\$ 3.232.270,25	



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

ANEXO II – TR

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

SUBSECRETARIA DE SUPORTE A EDUCAÇÃO

GERÊNCIA DE APOIO ESCOLAR

PROGRAMA ESTADUAL DE TRANSPORTE ESCOLAR - PETE



Demonstrativo de Rotas - Município de João Neiva

Período: 204 01/05/2025 - 30/04/2026

Id	Veículo	Código	Nome da Rota	Tipo Rota	Atend.	Monitor	Turno	Dias	Km Ida/Volta	Km AP	Km Total	Tipo Veículo	Escola	Alunos Estado EF	Alunos Estado EM	Alunos Municipais	Alunos Total	R\$/km	Custo Estadual	Custo Municipal	Custo Total	
1	1	20252130001	IDA ESTADO E MUNICÍPIO - VOLTA MUNICÍPIO - PROP MADSON X LAGOA DO LIMÃO X SANTA EMILIA - VOLTA X CAVALINHO X JOÃO NEIVA X ESCOLAS	TR	T	SIM	M	5	59	0	59	15 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	4	0	4	R\$ 7,78	R\$ 28.812,33	R\$ 64.827,75	R\$ 93.640,08	
2													EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	1	1					
3													EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	0	0	4	4					
4													EMEIF CAVALINHO	0	0	4	4					
5	2	20252130002	VOLTA ESTADO - PROP MADSON X BR 259 X CONEXÃO XEEFM JOÃO NEIVA	CO	T	SIM	M	5	12	12	24	15 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	7	0	7	R\$ 7,78	R\$ 38.090,88	R\$ 0,00	R\$ 38.090,88	
6			VOLTA INTEGRAL MUNICÍPIO - CRISTAL X RIBEIRÃO DE CIMA X RIBEIRÃO DO MEIO										EMEIF JOSE REBUZZI SARCINELLI	0	0	4	4		R\$ 9,61	R\$ 0,00	R\$ 42.345,50	
7													EEEFM JOAO NEIVA	0	17	0	17					
8			IDA MUNICÍPIO/ESTADO - RIBEIRÃO DO MEIO X RIBEIRÃO DE CIMA X CRISTAL X ESCOLA JOSÉ REBUZZI SARCINELLI X JOÃO NEIVA										EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	0	0	5	5		R\$ 9,61	R\$ 13.761,02	R\$ 11.332,61	R\$ 25.093,63
9													EMEIF JOSE REBUZZI SARCINELLI	0	0	9	9					
10			VOLTA MATUREN ESTADO - JOÃO NEIVA X SAO CARLOS II X CRISTAL X RIBEIRÃO DE CIMA X RIBEIRÃO DO MEIO X BARRO VERMELHO										EEEFM JOAO NEIVA	0	16	0	16		R\$ 9,61	R\$ 89.984,20	R\$ 0,00	R\$ 89.984,20
11			VOLTA MUNICÍPIO REGULAR - JOÃO NEIVA X CRISTAL X RIBEIRÃO DE CIMA X RIBEIRÃO DO MEIO										EMEIF JOSE REBUZZI SARCINELLI	0	0	1	1					
12	3	20252130006	IDA ESTADO E MUNICÍPIO - VOLTA MUNICÍPIO - LAGOA DO LIMÃO X VALADA DE CAVALINHO X CAVALINHO X EMEIF CAVALINHO X EMEF PROF. MARIA OLIRIA X EEEFM JOÃO NEIVA	TR	T	SIM	M	5	49,8	0	49,8	08 passageiros	EEEFM JOÃO NEIVA	0	2	0	2	R\$ 6,62	R\$ 26.901,56	R\$ 40.352,34	R\$ 67.253,90	
13													EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	0	0	1	1					
14													EMEIF CAVALINHO	0	0	2	2					
15			VOLTA ESTADO - LAGOA DO LIMÃO - VALADA DE CAVALINHO - CAVALINHO X EEEFM JOÃO NEIVA (BARRA DO TRIUNFO)										EEEFM JOÃO NEIVA	0	2	0	2		R\$ 6,62	R\$ 49.562,62	R\$ 0,00	R\$ 49.562,62
16	4	20251130009	VOLTA INTEGRAL MUNICIPAL - PASTO NOVO X FAZENDA PANDONFI X PROPRIEDADE ROGÉRIO SOEIRO - CONEXÃO COM A ROTA 20252130003	CO	T	SIM	I	5	6,5	6,5	13	08 passageiros	EMEIF JOSE REBUZZI SARCINELLI	0	0	1	1	R\$ 13,19	R\$ 0,00	R\$ 34.979,88	R\$ 34.979,88	
17													EEEFM JOÃO NEIVA	0	3	0	3		R\$ 13,19	R\$ 15.222,01	R\$ 20.296,02	R\$ 35.518,03
18			IDA COMPARTILHADA - VOLTA MUNICÍPIO REGULAR - PASTO NOVO X FAZENDA PANDONFI X PROP. ROGÉRIO SOEIRO - CONEXÃO COM A ROTA 20252130003 (RIBEIRÃO DE CIMA/RIBEIRÃO DO MEIO)										EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	0	0	2	2					
19													EMEIF JOSE REBUZZI SARCINELLI	0	0	2	2					
20	5	20252130010	VOLTA ESTADO (REGULAR) - PASTO NOVO X FAZENDA PANDONFI X PROPRIEDADE ROGÉRIO SOEIRO - CONEXÃO COM A ROTA 20252130003	CO	T	SIM	M	5	12,2	6,6	18,8	08 passageiros	EEEFM JOÃO NEIVA	0	3	0	3	R\$ 13,19	R\$ 50.586,29	R\$ 0,00	R\$ 50.586,29	
21			IDA (5:00) E VOLTA ESTADO - CÓRREGO CACHOEIRINHA X BARRA DO TRIUNFO X PROP. MAZOLINI - VOLTA X BARRA DO TRIUNFO X CONEXÃO										EEEFM JOÃO NEIVA	0	8	0	8		R\$ 9,24	R\$ 66.162,10	R\$ 0,00	R\$ 66.162,10
22													EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	1	1					
23		20252130025	IDA E VOLTA ESTADO - BARRA DO TRIUNFO X PROP. DELA BARBA (CACHOEIRA)										EEEFM JOÃO NEIVA	0	1	0	1		R\$ 31.290,34	R\$ 0,00	R\$ 31.290,34	



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

Id	Veículo	Código	Nome da Rota	Tipo Rota	Atend.	Monitor	Turno	Dias	Km Ida/Volta	Km AP	Km Total	Tipo Veículo	Escola	Alunos Estado EF	Alunos Estado EM	Alunos Municipais	Alunos Total	R\$/km	Custo Estadual	Custo Municipal	Custo Total	
24													EEEFM JOAO NEIVA	0	4	0	4					
25													EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	0	0	3	3	R\$ 10,11	R\$ 47.398,62	R\$ 82.947,59	R\$ 130.346,21	
26													EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	4	4					
27		6	20252130016	IDA ESTADO E MUNICÍPIO/ VOLTA ESTADO - BARRA DO TRIUNFO X ACIOLI X CAVALINHO X JOÃO NEIVA	TR	T	SIM	M	5	63,2	0	63,2	41 passageiros	EMPEIF CAVALINHO	0	0	1	1	R\$ 5,97	R\$ 0,00	R\$ 50.907,38	R\$ 50.907,38
28			20251130021	VOLTA MUNICÍPIO INTEGRAL - CAVALINHO X PROP MORELATO X EDSON FAVARATO	CO	T	SIM	I	5	29,8	12	41,8	15 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	3	0	3				
29			20252130019	IDA ESTADO E MUNICÍPIO / VOLTA MUNICÍPIO MATUTINO - PROP ERALDO FAVARATO X EDSON FAVARATO X PROP MORELATO X BR 259 X CAVALINHO X TURCO GUIDOLINE - VOLTA X CAVALINHO X JOAO NEIVA	TR	T	SIM	M	5	67	0	67	15 passageiros	EMPEIF CAVALINHO	0	0	1	1	R\$ 5,97	R\$ 34.970,55	R\$ 46.627,41	R\$ 81.597,96
30			20252130020	VOLTA ESTADO - CAVALINHO X TURCO GUIDOLINE X EDSON FAVARATO	CO	T	SIM	M	5	41,4	12	53,4	15 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	3	0	3	R\$ 5,97	R\$ 65.034,79	R\$ 0,00	R\$ 65.034,79
31			20251130029	VOLTA MUNICÍPIO INTEGRAL - CRISTAL X PIRAJUECAU X RETIRO X JUA X PELADO X MANTOVANI X JOAO NEIVA	TR	T	SIM	I	5	19,4	4	23,4	23 passageiros	EMEIF JOSE REBUZZI SARCINELLI	0	0	2	2	R\$ 8,38	R\$ 0,00	R\$ 40.002,77	R\$ 40.002,77
32			20252130026	IDA ESTADO E MUNICÍPIO / VOLTA MUNICÍPIO MATUTINO - RETIRO (BAR DO MANTOVANI) X JUA X PELADO X PIRAJUECAU X CRISTAL X COHAB X JOÃO NEIVA	TR	T	SIM	M	5	42	0	42	23 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	1	0	1				
33													EMEIF JOSE REBUZZI SARCINELLI	0	0	2	2	R\$ 8,38	R\$ 7.977,76	R\$ 63.822,08	R\$ 71.799,84	
34													EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	0	0	6	6					
35			20252130027	IDA E VOLTA ESTADO INTEGRAL VESPERTINO - JOÃO NEIVA XALARICO X RETIRO (BAR DO MANTOVANI)	TR	T	SIM	I	5	18,9	7,4	26,3	23 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	21	0	21	R\$ 8,38	R\$ 44.960,38	R\$ 0,00	R\$ 44.960,38
36			20252130028	VOLTA ESTADO MATUTINO - JOÃO NEIVA X JUA X PELADO X RETIRO (BAR DO MANTOVANI) X CRISTAL	TR	T	SIM	M	5	7,4	7,4	14,8	23 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	1	0	1	R\$ 8,38	R\$ 25.300,90	R\$ 0,00	R\$ 25.300,90
37			20252130030	IDA MUNICÍPIO E ESTADO/VOLTA MUNICÍPIO - AREA RURAL MUNDO NOVO X EEEFM JOAO NEIVA	TR	T	SIM	M	5	13,4	5,3	18,7	15 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	1	0	1				
38													EMEI TERESITA BORRINI FARINA	0	0	1	1					
39													EMEF PEDRO NOLASCO	0	0	2	2	R\$ 20,44	R\$ 8.663,83	R\$ 69.310,68	R\$ 77.974,51	
40													EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	0	0	5	5					
41			20252130031	VOLTA ESTADO - EEEFM JOAO NEIVA X AREA RURAL MUNDO NOVO	TR	T	SIM	M	5	4,8	0	4,8	15 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	1	0	1	R\$ 20,44	R\$ 20.014,85	R\$ 0,00	R\$ 20.014,85
42			20251130022	IDA MUNICÍPIO MATUTINO - PROP RENATO MARIN X PROP GERALDO FAVARATO X PROP ELTON FAVARATO X ACIOLI X SANTA HELENA X ESCOLA	TR	T	SIM	I	5	16,1	0	16,1	08 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	7	7	R\$ 6,14	R\$ 0,00	R\$ 20.166,22	R\$ 20.166,22
43			20251130034	VOLTA DO MUNICÍPIO INTEGRAL - PROP REINALDO FAVARATO X PROP ELTON FAVARATO X BR-259 X PROP RENATO MARIN X ACIOLI	TR	T	SIM	I	5	15,9	15	30,9	08 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	5	5	R\$ 6,14	R\$ 0,00	R\$ 38.704,10	R\$ 38.704,10
44			20251130035	IDA E VOLTA MUNICÍPIO VESPERTINO - PROP ELTON FAVARATO X PROP GERALDO FAVARATO X EMEIF GUILHERME BAPTISTA	TR	T	SIM	V	5	12,2	0	12,2	08 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	5	5	R\$ 6,14	R\$ 0,00	R\$ 15.281,23	R\$ 15.281,23
45			20252130032	IDA ESTADO E MUNICÍPIO MATUTINO - VOLTA ESTADO - PROP REINALDO FAVARATO X ACIOLI X ESCOLA	TR	T	SIM	M	5	27,8	0	27,8	08 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	1	1	R\$ 6,14	R\$ 0,00	R\$ 34.821,17	R\$ 34.821,17
46			20252130033	VOLTA MUNICÍPIO MATUTINO - PROP REINALDO FAVARATO X PROP ELTON FAVARATO X BR-259 X PROP RENATO MARIN X ACIOLI	CO	T	SIM	M	5	15,5	15,5	31	08 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	2	2	R\$ 6,14	R\$ 0,00	R\$ 38.829,36	R\$ 38.829,36
47			20251130023	VOLTA MUNICÍPIO INTEGRAL - PROP FLORENCIO FAVARATO X ACIOLI X SANTA HELENA X PROP DELA BARBA (CACHOEIRA) X PROP GIACOMIN X PROP MAZOLINI X PROP ZUCOLLOTO X LEIA POLESE X ACIOLI	TR	T	SIM	V	5	31,4	0	31,4	08 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	6	6	R\$ 6,99	R\$ 0,00	R\$ 44.775,14	R\$ 44.775,14
48			20251130037	IDA E VOLTA MUNICÍPIO MATUTINO - PROP FLORENCIO FAVARATO X EMEIF GUILHERME BAPTISTA	TR	T	SIM	M	5	6	0	6	08 passageiros	EMEIF BARRA DO TRIUNFO	0	0	1	1	R\$ 6,99	R\$ 0,00	R\$ 8.555,76	R\$ 8.555,76
49			20251130038	IDA E VOLTA MUNICÍPIO VESPERTINO - PROP ESPERANCA X PROPRIEDADE FLORENCIO FAVARATO - VOLTA X BR 259 X SANTA HELENA X EMEIF GUILHERME BAPTISTA	TR	T	SIM	V	5	33,2	12,4	45,6	08 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	7	7	R\$ 6,99	R\$ 0,00	R\$ 65.023,78	R\$ 65.023,78
50			20252130036	IDA E VOLTA ESTADO - PROP FLORENCIO FAVARATO X ACIOLI X CONEXÃO BARRA DO TRIUNFO	CO	T	SIM	M	5	6	8	14	08 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	1	0	1	R\$ 6,99	R\$ 19.963,44	R\$ 0,00	R\$ 19.963,44
51																						



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

52	12	20251130039	IDA MUNICIPIO MATUTINO - ALTO BOA VISTA X PROP ANTONIO ZUCOLOTO X ORIDES ZUCOLOTO X PROP TIAO	TR	T	SIM	M	5	18,4	0	18,4	15 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	1	1	R\$ 16,39	R\$ 0,00	R\$ 61.521,50	R\$ 61.521,50
53		20251205008	VOLTA MUNICIPIO - ALTO BOA VISTA X CACHOEIRINHA X PROP ANTONIO ZUCOLOTO X PROP TIAO	TR	T	SIM	M	5	11,8	0	11,8	15 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	2	2	R\$ 16,39	R\$ 0,00	R\$ 39.454,01	R\$ 39.454,01
54	13	20251130043	IDA E VOLTA INTEGRAL MUNICIPIO - JOAO NEIVA X CRISTAL	TR	T	SIM	I	5	9,2	3,3	12,5	41 passageiros	EMEIF JOSE REBUZZI SARCINELLI	0	0	25	25	R\$ 18,97	R\$ 0,00	R\$ 48.373,50	R\$ 48.373,50
55		20252130041	IDA MUNICIPIO E ESTADO / VOLTA MUNICIPIO - SANTO AFONSO X JOAO NEIVA	TR	T	SIM	M	5	6,6	4,6	11,2	41 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	14	0	14	R\$ 18,97	R\$ 15.169,93	R\$ 28.172,73	R\$ 43.342,66
56	14	20252130042	VOLTA MATUTINO ESTADO - JOAO NEIVA X SANTO AFONSO	TR	T	SIM	M	5	6,6	3,3	9,9	41 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	14	0	14	R\$ 18,97	R\$ 38.311,81	R\$ 0,00	R\$ 38.311,81
57		20251130045	VOLTA MUNICIPIO REGULAR - JOAO NEIVA X COHAB X PIRAECAU X CRISTAL X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO X BARRO VERMELHO	TR	T	SIM	M	5	18,4	0	18,4	41 passageiros	EMEF MISSIONARIOS COMBONIANOS	0	0	1	1	R\$ 17,11	R\$ 0,00	R\$ 64.224,10	R\$ 64.224,10
58	15	20251130046	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - CRISTAL X BARRO VERMELHO	TR	T	SIM	I	5	5,3	5,3	10,6	41 passageiros	EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	0	0	3	3				
59		20252130044	IDA MUNICIPIO/ESTADO MATUTINO - BARRO VERMELHO X CRISTAL X PIRAECAU X COHAB X JOAO NEIVA	TR	T	SIM	M	5	10,1	0	10,1	41 passageiros	EMEIF JOSE REBUZZI SARCINELLI	0	0	10	10				
60	16	20251130047	IDA E VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - JOAO NEIVA X CRISTAL	TR	T	SIM	I	5	9,6	0	9,6	41 passageiros	EMEIF JOSE REBUZZI SARCINELLI	0	0	1	1	R\$ 17,11	R\$ 0,00	R\$ 36.998,66	R\$ 36.998,66
61		20252130048	IDA ESTADO E MUNICIPIO - VOLTA DO MUNICIPIO REGULAR - CRISTAL X BR101 X JOAO NEIVA	TR	T	SIM	M	5	13,6	6,8	20,4	41 passageiros	EMEF MISSIONARIOS COMBONIANOS	0	0	1	1	R\$ 20,82	R\$ 0,00	R\$ 86.644,51	R\$ 86.644,51
62	17	20251130049	IDA E VOLTA MUNICIPIO - PROP GLUBER TONON X PROP GABRIEL X PROP ALECIO FAVARO X BAIRRO COHAB X JOAO NEIVA	TR	T	SIM	M	5	16	0	16	15 passageiros	EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	0	0	33	33				
63		20252130024	IDA E VOLTA ESTADO INTERMEDIARIO - SAO CARLOS X PIRAECAU X CRISTAL X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO X BARRO VERMELHO	TR	T	NÃO	I	5	36	0	36	41 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	10	0	10	R\$ 7,26	R\$ 53.317,44	R\$ 0,00	R\$ 53.317,44
64	18	20252130050	IDA E VOLTA NOTURNO - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	34	14	48	41 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	7	0	7	R\$ 7,26	R\$ 71.089,92	R\$ 0,00	R\$ 71.089,92
65		20252130051	IDA MUNICIPIO E ESTADO / VOLTA MUNICIPIO - PROP RONIVAL X PROP MILANE TESTA X ZUCARATO X RIO OTELO X DEMETRIO RIBEIRO X VALADA DA MANHA X DEMETRIO RIBEIRO X JOAO NEIVA	TR	T	SIM	M	5	42,8	0	42,8	23 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	1	0	1	R\$ 13,17	R\$ 16.427,13	R\$ 98.562,77	R\$ 114.989,90
66	19	20251130052	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - ACIOLI X BARRA DO CRISTAL X	TR	T	SIM	I	5	51	0	51	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	13	13				
67		20251130053	IDA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X CRISTAL X PIRAECAU X JOAO NEIVA X SANTO AFONSO X ACIOLI	TR	T	SIM	I	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	14	14				
68	20	20251130055	VOLTA MUNICIPIO REGULAR - JOAO NEIVA X MONTE SECO X RETORNO BASE ECO-101 X CABOCLO BERNADO X SÃO CARLOS II	TR	T	SIM	M	5	12,4	4,8	17,2	41 passageiros	EMEIF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	0	0	14	14				
69		20252130012	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - CRISTAL X JOAO NEIVA X SÃO CARLOS II X COHAB X BR-101	TR	T	SIM	I	5	10,5	7	17,5	41 passageiros	EMEIF DR ORLINDO FRANCISCO BORGES	0	0	17	17				
70	21	20252130054	IDA ESTADO E MUNICIPIO - MONTE SECO X RETORNO BASE ECO-101 X CABOCLO BERNADO X SÃO CARLOS II X COHAB X	TR	T	SIM	M	5	35,4	0	35,4	41 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	10	0	10	R\$ 9,60	R\$ 21.420,00	R\$ 12.852,00	R\$ 34.272,00
71		20252130056	VOLTA ESTADO MATUTINO - JOAO NEIVA MONTE SECO X RETORNO ANTIGA PARMALAT X CABOCLO BERNADO X SÃO CARLOS II	TR	T	SIM	M	5	12,4	3,2	15,6	41 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	5	0	5				
72	22	20252130057	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - ACIOLI X BARRA DO CRISTAL X	TR	T	NÃO	I	5	51	0	51	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	13	13				
73		20252130058	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	34	14	48	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7	R\$ 9,60	R\$ 49.519,54	R\$ 19.807,82	R\$ 69.327,36
74	23	20252130059	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - ACIOLI X BARRA DO CRISTAL X	TR	T	NÃO	I	5	51	0	51	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	13	13				
75		20252130060	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7	R\$ 9,60	R\$ 30.551,04	R\$ 0,00	R\$ 30.551,04
76	24	20252130061	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7				
77		20252130062	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7				
78	25	20252130063	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7				
79		20252130064	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7	R\$ 9,60	R\$ 30.551,04	R\$ 0,00	R\$ 30.551,04
80	26	20252130065	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7				
81		20252130066	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7	R\$ 9,60	R\$ 30.551,04	R\$ 0,00	R\$ 30.551,04
82	27	20252130067	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7				
83		20252130068	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7	R\$ 9,60	R\$ 30.551,04	R\$ 0,00	R\$ 30.551,04
84	28	20252130069	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7				
85		20252130070	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7	R\$ 9,60	R\$ 30.551,04	R\$ 0,00	R\$ 30.551,04
86	29	20252130071	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7				
87		20252130072	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7	R\$ 9,60	R\$ 30.551,04	R\$ 0,00	R\$ 30.551,04
88	30	20252130073	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7				
89		20252130074	VOLTA MUNICIPIO INTEGRAL - BARRO VERMELHO X RIBEIRAO DE CIMA X RIBEIRAO DO MEIO CRISTAL X JOAO NEIVA	TR	T	NÃO	N	5	35,2	0	35,2	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	7	0	7	R\$ 9,60	R\$ 30.551,04	R\$ 0,00	R\$ 30.551,04



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

90	21	20252130057	IDA E VOLTA ESTADO INTERMEDIARIO - SÃO ROQUE X DEMÉTRIO RIBEIRO X RIO SAUNAS X EEEFM JOÃO NEIVA	TR	T	SIM	I	5	19	0	19	23 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	2	0	2	R\$ 18,60	R\$ 72.093,60	R\$ 0,00	R\$ 72.093,60			
91		20252130058	IDA MUNICÍPIO E ESTADO X VOLTA MUNICÍPIO - DEMÉTRIO RIBEIRO X JOÃO NEIVA	TR	T	SIM	M	5	14	0	14	23 passageiros	EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	0	0	3	3	R\$ 18,60	R\$ 0,00	R\$ 53.121,60	R\$ 53.121,60			
92	22	20252130059	IDA MUNICÍPIO E ESTADO MATUTINO - CRUBIXA X MONTE LIBANO X SAO BRAS X SANTO AFONSO X ESCOLAS / VOLTA MUNICÍPIO MATUTINO	TR	T	SIM	M	5	15,6	0	15,6	23 passageiros	EMEI TERESITA BORRINI FARINA	0	0	4	4							
93				TR	T	SIM	V	5	3,8	0	3,8	23 passageiros	EMEF MISSIONARIOS COMBONIANOS	0	0	8	8							
94	22	20252130060	IDA E VOLTA MUNICÍPIO E ESTADO VESPERTINO - CRUBIXA X MONTE LIBANO X SAO BRAS X ESCOLAS	TR	T	SIM	M	5	15,6	0	15,6	23 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	1	0	1	R\$ 29,16	R\$ 23.199,70	R\$ 69.599,08	R\$ 92.798,78			
95				TR	T	SIM	V	5	3,8	0	3,8	23 passageiros	EMEF PROFESSORA MARIA OLIRIA SARCINELLI CAMPAGNARO	0	0	3	3							
96	23	20252130061	IDA E VOLTA MUNICÍPIO INTEGRAL - LAGOA DO LIMÃO X CAVALINHO X ACIOLI	TR	T	SIM	M	5	75	0	75	41 passageiros	EMEI TERESITA BORRINI FARINA	0	0	1	1	R\$ 29,16	R\$ 0,00	R\$ 22.604,83	R\$ 22.604,83			
97				TR	T	SIM	M	5	75	0	75	41 passageiros	EMEIF GUILHERME BAPTISTA	0	0	1	1							
98	24	20252130017	IDA E VOLTA ESTADO NOITE - BARRA DO TRIUNFO X ACIOLI X FAZ. CAIANA X CAVALINHO X SANTO AFONSO X JOÃO NEIVA	TR	T	NAO	N	5	69,4	0	69,4	41 passageiros	EMPEIF CAVALINHO	0	0	5	5	R\$ 9,21	R\$ 0,00	R\$ 140.913,00	R\$ 140.913,00			
99				TR	T	NAO	N	5	69,4	0	69,4	41 passageiros	EEEFM JOAO NEIVA	0	3	0	3							
TOTAL								1.342,9	247,8	1.590,7				0	171	356	527		R\$ 1.188.594,65	R\$ 2.043.675,60	R\$ 3.232.270,25			
JOAO NEIVA - ES, _____/_____/_____							Assinatura e carimbo do(a) Secretário(a) Municipal de Educação										Assinatura e carimbo do(a) Superintendente							

Obs: Dias Letivos Ano: Regular 204; EJA 204; APAE/AEE 82.

Atendimento: T: Terceirizado / FP: Frota Própria

Tipo Rota: TR: Tronco / CO: Conexão



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129

CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

ANEXO II

MINUTA - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0XX/2025

CÓDIGO CIDADES TCE/ES Nº 2024.040E070001.01.0004

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXX.

O MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Presidente Vargas, nº. 157, Centro, na cidade de João Neiva, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob o nº 31.776.479/0001-86, neste ato representado pelo Exmº Prefeito Municipal, Sr. Paulo Sérgio de Nardi, doravante designado **CONTRATANTE**, e a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada XXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXX, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº e inscrito no CPF, residente e domiciliado XXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 8.152/2024 em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#) e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 002/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

14.17. Contratação de Empresa Especializada na prestação de serviço continuado de Transporte Escolar, sob a forma de fretamento, com fornecimento de veículos acessíveis, convencionais, abastecidos de combustível, com dois operadores por veículo, sendo um motorista/condutor e outro monitor/acompanhante, dos alunos matriculados nas instituições de ensino da educação básica das Redes Públicas Municipal e Estadual, LINHAS ESTADUAIS, COMPARTILHADAS e MUNICIPAIS do Município de João Neiva, residentes na zona rural, de sua residência ou em ponto de referência combinado, até as respectivas instituições de ensino, bem como o retorno até a residência ou ponto de referência combinado ao final do expediente escolar, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, conforme roteiros e quilômetros rodados por dia, relacionados no Termo de Referência, conforme detalhado no Anexo I deste contrato

14.18. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 14.18.1. O Termo de Referência;
- 14.18.2. O Edital da Licitação;
- 14.18.3. A Proposta do contratado;
- 14.18.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.



CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da sua assinatura, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos [arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.2.4. Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

2.2.5. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.2. A prestação dos serviços deverá ser iniciada no prazo de até 03 (três) dias ininterruptos, contando a partir da data de assinatura da Ordem Inicial de Serviço, a ser emitida pelo Setor de Compras da Prefeitura Municipal de João Neiva.

3.3. Cronograma de realização dos serviços: de acordo com o calendário escolar seguindo os dias letivos.



3.4. A empresa vencedora deverá cumprir todos os trajetos e horários constantes na especificação de cada roteiro.

3.5. As empresas, os veículos e os motoristas deverão estar devidamente legalizados para atividade, objeto desta contratação, de acordo com as exigências da legislação pertinente ao Transporte Escolar.

3.6. No decorrer da execução do contrato poderão ocorrer situações de abandono de matrículas ou matrículas novas ou modificações nos trajetos para melhor atender os alunos, por iniciativa da Secretaria requisitante, o que poderá resultar na alteração dos roteiros e quilometragens.

3.7. Os valores serão pagos por quilômetro rodado, de acordo com as faixas de quilometro de cada Roteiro. A quilometragem licitada será paga de acordo com a existência de alunos nos roteiros contratados.

3.8. Serão aplicadas ao condutor e a empresa vencedora todas as penalidades previstas no Código Brasileiro de Trânsito, diretamente relacionadas ao transporte escolar, compreendidas nos artigos: 165, 167, 168, 172, 230, 231, 232, 252, 237 e outras que forem inseridas posteriormente do decorrer da vigência da contratação.

3.9. Os serviços serão prestados nos endereços que constam nos anexos deste termo de Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. Dá-se ao presente Contrato o **valor total de R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXX)**, cujos preços unitários constam no Anexo I deste Contrato.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

7.1 Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.



7.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

7.2.3. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

7.2.4. Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

7.3.1. Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que apostilada.

7.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços. (art. 135, §4º da Lei nº 14.133, de 2021).

7.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias. (art. 135, §5º da Lei nº 14.133, de 2021)

7.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.(art. 135, §§ 1º e 2º da Lei nº 14.133, de 2021)

7.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.



7.8.1. A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

7.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento *IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado)*, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0$$

Onde R = Valor do reajustamento procurado / V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada; I^0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data de apresentação da proposta; I = Índice relativo ao mês do reajustamento

7.10. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.11. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.12. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

7.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

7.15. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.



7.17. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

7.18. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

7.19. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

7.20. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

7.21. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até *01 (um) mês*, contado da data do fornecimento, pelo contratado, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados. (art. 92, § 6º c/c o art. 135, § 6º)

7.22. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

7.23. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento.

7.24. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, II, *d* da Lei nº 14.133, de 2021.

7.25. O contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Definir as rotas de tráfego dos veículos escolares da frota contratada.

8.2. Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.

8.3. Fiscalizar “in loco” a qualidade dos serviços contratados e o estado de conservação dos veículos utilizados no transporte escolar, conforme determina a Lei nº 9.503/97 do Código Brasileiro de Trânsito.

8.4. Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, os aspectos quantitativos e qualitativos, registrando as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências que exijam medidas imediatas.



8.5. Emitir ofício sobre possíveis ocorrências ou irregularidades praticadas por transportadores escolares da empresa contratada que fornecerá o serviço. No ofício deverá ser informado quaisquer ocorrências no âmbito do transporte escolar, dentro e fora do veículo, tais como: discussões, brigas, ofensas pessoais, atrasos nos recolhimentos e/ou chegada nas unidades escolares, reclamações sobre a condução do veículo e outras que envolvam motoristas/monitor e/ou alunos.

8.6. No caso de envolvimento de alunos, deve ser dada imediata ciência ao Diretor Escolar e ao(à) Secretário(a) Municipal de Educação.

8.7. Realizar fiscalização, sem aviso prévio, nos veículos do transporte escolar, observando o comportamento dos alunos, motoristas e monitores, condições de tráfego do veículo e cumprimento das normas descritas na Lei nº 9.503/97 do Código Brasileiro de Trânsito, emitindo se necessário ofício a empresa prestadora do serviço e ao(à) Secretário(a) Municipal de Educação.

8.8. Orientar a empresa prestadora do serviço que o veículo de transporte, no turno e no período escolar, será de uso exclusivo para o transporte de alunos, ficando terminantemente proibido dar carona para outras pessoas.

8.9. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.10. Efetuar os pagamentos mediante comprovação de execução dos serviços e nas condições e preços pactuados.

8.11. Notificar a Contratada, por escrito, por meio do Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função da execução dos serviços, fixando prazos para sua correção.

8.12. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Contrato.

8.13. Indicar o gestor e fiscal do contrato, assim como, poderá designar formalmente fiscais de linha no intuito de gerenciar o serviço fiscalizando e controlando os veículos pelas rotas e linhas percorridas após informação, conferência e verificação das mesmas.

8.14. Documentar as ocorrências havidas na execução do contrato.

8.15. Prestar todas as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8.16. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. Não transferir a outrem no todo ou em parte, as responsabilidades assumidas, sem prévia e expressa anuência do CONTRATANTE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 9.2. Atender, satisfatoriamente e em consonância com as regras contratuais, o objeto contratado.
- 9.3. Percorrer os percursos estabelecidos e garantir que o aluno esteja na instituição de ensino com pelo menos 05 (cinco) minutos de antecedência ao início das aulas, do horário estabelecido pela Secretaria Municipal de Educação, cumprindo rigorosamente a carga horária pré-estabelecida.
- 9.4. Cumprir rigorosamente os prazos contratuais.
- 9.5. Assumir todos e quaisquer ônus com pessoal e por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, quer municipais, estaduais e federais, comprometendo-se a saldá-los à época própria, ficando excluída a CONTRATANTE de quaisquer responsabilidades perante terceiros por parte de atos decorrentes dos empregados da CONTRATADA.
- 9.6. Assumir integral responsabilidade por danos causados a esta Prefeitura ou a terceiros decorrentes da execução dos serviços parciais ou totais, isentando-a de todas as reclamações que surjam subsequentemente, sejam elas resultantes de atos de seus prepostos ou de qualquer pessoa física ou jurídica envolvida na execução dos serviços.
- 9.7. Fornecer os serviços em tempo oportuno, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.
- 9.8. Prestar os serviços sempre em regime de atendimento com a fiscalização da Contratante.
- 9.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.
- 9.10. Fornecer o veículo, objeto de locação, e substituí-lo em caso de quebra ou avaria, por veículo com as mesmas características do veículo original, classificado na licitação e no tocante ao ano/modelo. O novo veículo deverá ser igual ou melhor do que o veículo substituído, assim como colocá-lo em perfeitas condições de utilização, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, sendo que de forma alguma os serviços prestados poderão ser interrompidos ou suspensos, sob pena de ser rescindida a locação. Os veículos e seus condutores devem estar em conformidade com o que diz o Código de Trânsito Brasileiro sobre o transporte escolar em seus artigos 136, 137 e 138.
- 9.11. Providenciar o imediato transporte dos estudantes sempre que o veículo credenciado for imobilizado por problema/defeito técnicos, pois os serviços não poderão ser interrompidos e nem tampouco paralisados, já que os alunos não poderão faltar aula.
- 9.12. Arcar com todas as despesas referentes ao combustível, peças de reposição, manutenção, lubrificação, lavagem, troca de óleo, emplacamento, licenças especiais e outras necessárias para a consecução dos serviços.
- 9.13. O(s) veículo(s), objeto deste Contrato, deverá(ão) estar disponível(is) e em perfeito estado de conservação, principalmente no que no que refere a lanternagem, motor, mecânica e pneu.



- 9.14. Dotar e manter em perfeito estado de funcionamento os equipamentos obrigatórios previstos na legislação de trânsito.
- 9.15. Realizar todas as manutenções preventivas e corretivas do veículo locado disponibilizando, se necessário, o plano de manutenção do veículo ao setor de Transporte Escolar, para eventuais fiscalizações ou auditoria.
- 9.16. Disponibilizar, se necessário, ao Setor de Transporte Escolar, documentos dos veículos como nada consta relativos a multas e infrações de trânsito, pagamento de seguros, licenciamento anual e autorização do DETRAN ou CIRETRAN, dentre outros.
- 9.17. Responsabilizar-se pelo pagamento de multas relativas às infrações de trânsito, ocorridas no período em que o veículo estiver a serviço desta Prefeitura.
- 9.18. Em caso de acidentes, tomar todas as medidas legais cabíveis inclusive providenciando socorro imediato ao(s) acidentado(s) e desobstrução da pista de rolamento. Se necessário, se obriga a acionar a Polícia Militar ou Federal e Corpo de Bombeiros, bem como comunicar ao Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação e a instituição de ensino de destino ou origem dos alunos.
- 9.19. A empresa prestadora do serviço deverá estar conectada em tempo integral, pessoalmente ou via telefone fixo/celular, enquanto houver veículos circulando com alunos, disponibilizando-se a comparecer imediatamente no local, em caso de acidentes ou ocorrências graves. O preposto da Contratada deverá, obrigatoriamente, ter poderes para responder pelos serviços a serem contratados sendo responsável pela coordenação, administração e supervisão do seu pessoal e por qualquer comunicação junto ao Contratante, mantendo sempre alinhamento operacional, de maneira que os contratados não interfiram na realização final da prestação de serviço.
- 9.20. A empresa prestadora de serviço deverá possuir em seu(s) veículo(s) sistema de dispositivos de visão indireta, que podem ser câmera-monitores de ré e retrovisores ou câmera-monitor dianteira ou outro sistema equivalente, em conformidade com a Resolução 504/2014 do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN).
- 9.21. A empresa prestadora do serviço deverá ter em cada veículo de transporte escolar, disco cronotacógrafo, conforme dispõe o Art. 105 do Código de Trânsito Brasileiro.
- 9.22. A empresa prestadora de serviço deverá realizar a regularização do cronotacógrafo do veículo a cada dois anos no INMETRO.
- 9.23. Os discos tacógrafos originais deverão estar devidamente preenchidos com data, nome do motorista, nº da linha, registro de quilometragem, nº da placa do veículo, KM inicial e final e sem rasuras e danificações.
- 9.24. O prazo para conserto no aparelho do disco tacógrafo, será de 04 dias úteis, sendo de responsabilidade do motorista do veículo informar ao Setor de Transporte Escolar no mesmo dia que for detectado o defeito.
- 9.25. As justificativas dos dias de manutenção ou conserto do aparelho de disco tacógrafo serão validadas mediante a apresentação da nota fiscal do conserto do aparelho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

- 9.26. Instituir para o veículo colocado à disposição pela presente locação, além do seguro obrigatório, o seguro contra danos materiais a terceiros.
- 9.27. Não fornecer veículo que seja utilizado simultaneamente no serviço de táxi, ou serviço de aluguel a terceiros.
- 9.28. Colocar o veículo locado à disposição exclusiva desta Prefeitura, em função das necessidades por ela estabelecidas, em termos de dias e horários. Portanto, o atendimento deverá ser exclusivo para o transporte de alunos da Rede Pública, ficando terminantemente proibido carona.
- 9.29. Responsabilizar-se pelos danos e prejuízos causados a terceiros ou diretamente à Administração, decorrentes de sua culpa ou dolo.
- 9.30. Fica certo que, na hipótese de não ser efetuado qualquer seguro ou serem insuficientes os seguros contratados, o locador arcará com todos os ônus decorrentes de eventuais sinistros, como se segurada fosse.
- 9.31. Manter o motorista devidamente habilitado para operar o veículo.
- 9.32. Orientar os motoristas do transporte escolar para que conduzam os veículos em cumprimento a Lei nº 9503/97 do Código de Trânsito Brasileiro e suas alterações.
- 9.33. Substituir o motorista num prazo de 24 (vinte e quatro) horas caso haja solicitação da Administração.
- 9.34. A Contratada deverá substituir o monitor de alunos que tiver mal comportamento no desempenho de suas funções.
- 9.35. Durante a execução dos serviços o condutor deverá estar devidamente uniformizado com a identificação da empresa e identificação de Transportador Escolar e DEVERÁ OBRIGATORIAMENTE apresentar-se portando seu crachá de identificação.
- 9.36. Confiar a direção dos veículos somente a motoristas com idade superior a 21 anos e devidamente habilitados na **categoria “D” ou “E”** e que não tenham cometido nenhuma infração grave ou gravíssima ou ser reincidente em infrações médias nos últimos 12 meses.
- 9.37. Oferecer aos motoristas curso de capacitação técnica específico para o transporte escolar conforme determina a Lei nº 9503/97, Código de trânsito Brasileiro.
- 9.38. Manter atualizado o registro do transporte escolar, o cadastro dos seus veículos, condutores e acompanhantes, apresentando e revalidando quaisquer documentos previstos na Instrução de Serviço nº 742014 (DETRAN/ES e alterações) e Instrução de Serviço nº 93, de 23 de junho de 2016 do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (Do Transporte Escolar).
- 9.39. Os veículos utilizados deverão, obrigatoriamente, possuir o laudo de vistoria de verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança, emitido por uma das ITL's (Instituição Técnica Licenciada pelo DETRAN/ES) ou ETP's (Entidades Técnicas Paraestatais) na forma do art. 136 do Código de Trânsito Brasileiro e escopos da Resolução 232 do CONTRAN através do sistema SIS-ESCOLAR do DETRAN/ES, atestando o atendimento às



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

Normas do Código de Trânsito Brasileiro e demais normas baixadas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN.

9.40. Os escolares deverão ser transportados exclusivamente sentados, conforme as normas de circulação, **utilizando o cinto de segurança**.

9.41. Responsabilizar-se diretamente pela conduta dos acompanhantes e seus condutores durante a jornada de trabalho e, ainda, pela manutenção de respeito e cortesia no relacionamento com os alunos durante todos os itinerários, bem como, pelas penalidades sofridas em caso de infração.

9.42. Independentemente das vistorias previstas na legislação de trânsito, os veículos utilizados no transporte de escolares deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação e limpeza, podendo ser submetidos, a qualquer tempo, à fiscalização do DETRAN/ES e de funcionários da Secretaria Municipal de Educação - Setor de Transporte Escolar.

9.43. É obrigatória a fixação do termo de autorização e do selo de conformidade na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida sendo vedada a condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

9.44. O número do registro deverá obrigatoriamente constar nas laterais e na parte traseira do veículo.

9.45. Apresentar mensalmente ao Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação para conferência e aprovação pelo fiscal do contrato, relatório de execução dos serviços contendo: serviços executados, nº do contrato, nº da Linha, Itinerário percorrido, quilometragem rodada, quantitativo nominal de alunos por itinerários, turno do aluno e escola atendida, bem como nome do motorista, nome do monitor se for o caso e placa do veículo.

9.46. Dar manutenção, assistência técnica, fornecimento de serviços ou peças, abastecimento de combustível, troca de óleo ou fluidos, filtros e limpeza dos veículos.

9.47. Arcar com as despesas de seguros, impostos, taxas, registros, licenciamentos e multas de trânsito dos veículos.

9.48. Manter os veículos em bom estado de conservação, garantindo aos usuários segurança e comodidade.

9.49. Em caso de impedimento de circulação de quaisquer veículos destinados a execução do transporte em questão, seja por avarias de qualquer natureza, ou por necessidade de reparos, revisões, emplacamentos, realização de vistoria, e/ou outros serviços, responsabilizar-se pela **substituição imediata** deste veículo, por outro de nível igual ou superior.

9.50. Definir como responsabilidade do Monitor de Transporte Escolar, a organização do embarque e desembarque de alunos, posicionamento dos alunos dentro do veículo, auxílio ao motorista quanto ao comportamento dos alunos durante o trajeto, auxílio na travessia de rodovias e vicinais quando se fizer necessário, orientação e certificação do uso dos acessórios de segurança, orientação sobre os perigos e noções de trânsito.



9.51. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, inclusive acidentes, indenizações a terceiros, seguros de vida, assistência médica, seguros de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outros, em decorrência da negligência, imprudência, descuido, irresponsabilidade e outros, dos condutores, na sua condição de empregadora, quer em relação à execução dos serviços, quer em relação aos empregados, sem qualquer responsabilidade por parte da Prefeitura Municipal de João Neiva/ES.

9.52. Avocar para si os ônus decorrentes de todas as reclamações e/ou ações judiciais e/ou extrajudiciais, por culpa ou dolo, referente aos veículos e/ou funcionários que efetuam o transporte escolar, que possam eventualmente ser alegadas por terceiros, contra a Prefeitura Municipal de João Neiva/ES.

9.53. É de exclusiva competência e responsabilidade da CONTRATADA quaisquer tipos de serviços em relação a estacionamento, vigilância e guarda dos veículos escolares, não assumindo, portanto, a CONTRATANTE, a responsabilidade de indenizações por danos, furtos, roubos, incêndios, atropelamentos, colisões entre outros, que venham a ocorrer nos pátios internos, externos, ou circunvizinhos de seus prédios, cuja responsabilidade será exclusivamente de seu condutor e/ou proprietário nos dias letivos ou não, durante a execução do contrato. Tornando assim de responsabilidade exclusiva do responsável da empresa a quilometragem de retorno e ida ao ponto de início do percurso contratado.

9.54. Obrigação dos condutores

9.54.1. Os condutores para exercerem as atividades, deverão ser cadastrados junto ao DETRAN/ES, nos termos da Instrução de Serviço nº 74/2014 do DETRAN/ES (e alterações), Instrução de Serviço nº 93, de 23 de junho de 2016 do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (Do Transporte Escolar) e Instrução de Serviço DETRAN-ES Nº 194N DE 22/09/2017.

9.54.2. São exigências em relação aos condutores:

- k) Trajar-se adequadamente, usando camisas com mangas, calças compridas, saia, sapatos, tênis ou sandália presa ao calcanhar;
- l) Ter mais de 21 anos;
- m) Possuir habilitação para dirigir veículos da categoria “D” ou “E”;
- n) Conduzir estudantes até o destino final sem interrupção voluntária da viagem;
- o) Tratar com urbanidade os estudantes e o público;
- p) Aproximar o veículo da guia da calçada para efetuar o embarque e o desembarque de passageiros;
- q) Orientar os estudantes, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos;
- r) Recolher, guardar e posteriormente entregar qualquer objeto esquecido no veículo;



- s) Permitir e facilitar a ação da fiscalização da autoridade da Secretaria Municipal de Educação;
- t) Não havendo monitor(a) no veículo, fica o motorista responsável em realizar as orientações pertinentes aos estudantes.

9.54.3. É vedado aos condutores:

- l) Fumar, quando estiver conduzindo estudantes;
- m) Trabalhar após ter ingerido bebida alcoólica ou outra substância tóxica;
- n) O uso de short ou minissaias e calçados abertos que não se fixem aos pés;
- o) Ausentar-se do veículo, quando este estiver aguardando estudantes, exceto para garantir maior segurança aos mesmos;
- p) Abastecer o veículo quando estiver conduzindo estudantes;
- q) Dirigir em situações que ofereçam riscos à segurança dos estudantes ou de terceiros;
- r) Dirigir o veículo em desacordo com as normas da legislação de trânsito;
- s) Dirigir o veículo estando suspenso ou cassado o direito de dirigir na forma prevista pelo Código de Trânsito Brasileiro;
- t) Realizar a prestação de serviço de transporte de escolar sem estar devidamente autorizado e regular com seu credenciamento;
- u) Apresentar documento comprovadamente falso ou adulterado, ou que sabe ou deveria saber ser falsificado ou para cuja obtenção tenha concorrido;
- v) Exercer cargo ou função pública no âmbito das administrações diretas e indiretas, nas áreas municipal, estadual e federal, mesmo estando licenciado sem o recebimento de vencimentos.

9.55. Obrigação dos monitores

9.55.1. A empresa contratada deverá contratar monitor de transporte escolar conforme quantidades mencionadas na Planilha de Itinerários do Transporte Escolar, com maioridade civil, devidamente capacitado para a função, para atender aos alunos, devendo, quando necessário, auxiliar no embarque e desembarque, conforme suas necessidades educacionais e especiais (cadeirante, dificuldade locomotora e outros).

9.55.2. No transporte de estudantes com até 09 (nove) anos de idade, é obrigatória a presença de monitor/acompanhante, com idade mínima de 18 anos. Os mesmos deverão ser cadastrados/autorizados nos termos da Instrução de Serviço nº 074, do DETRAN/ES (e alterações) e Instrução de Serviço nº 93, de 23 de junho de 2016 do Departamento Estadual de Trânsito do Estado do Espírito Santo (Do Transporte Escolar).

9.55.3. O Monitor de Transporte Escolar deverá apresentar-se devidamente identificado com crachá e colete contendo o dístico MONITOR, e com aparência pessoal adequada. Deverá prestar esclarecimentos, sempre que solicitado, de quaisquer problemas relacionados à execução do transporte.



9.55.4. O Monitor de Transporte Escolar deverá contatar regularmente o diretor ou responsável pela instituição de ensino, ou com o Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, deste Município, mantendo-o informado de quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final da prestação dos serviços.

9.55.5. Não será necessário monitor nos percursos noturnos.

9.55.5.1. As rotas que necessitam de monitores constam na tabela do anexo III do Termo de Referência.

9.55.6. São atribuições dos Monitores:

- a. Trajar-se adequadamente, usando camisas com mangas, calças compridas, saia, sapatos, tênis ou sandália presa ao calcanhar;
- b. Orientar o embarque e desembarque dos escolares nos portões das unidades escolares até que os mesmos estejam seguros;
- c. Acompanhar todo o trajeto do veículo até que o último estudante seja entregue na unidade escolar e/ou nos pontos correspondentes a sua linha;
- d. Tratar com urbanidade os escolares e o público;
- e. Permitir e facilitar a fiscalização pelos agentes da autoridade de trânsito;
- f. Recolher, registrar, manter guarda e entregar aos escolares no prazo de 1 (um) dia qualquer objeto esquecido no veículo;
- g. Manter as janelas do veículo localizadas juntas aos assentos dos escolares, abertas, quando necessário, mas de maneira a evitar riscos de acidentes com os escolares;
- h. Manter-se com decoro e correções devidos;
- i. Orientar os escolares, coibindo comportamentos inadequados durante a viagem, mantendo-os sentados e evitando atitudes que possam afetar a concentração do condutor do veículo e colocar terceiros em riscos;
- j. Resolver os conflitos ocorridos dentro do veículo escolar por meio do diálogo e orientações quanto aos deveres e responsabilidades de cada um;
- k. Prestar informações aos pais ou responsáveis pelos escolares, quando solicitado, ou sempre que observar comportamentos inadequados durante a viagem que possam comprometer as atividades do condutor ou colocar em risco outros usuários ou terceiros;
- l. Participar dos cursos de desenvolvimento comportamental previstos na Instrução de Serviço nº 074/2014, de 23 de dezembro 2014;
- m. Verificar se todos os escolares transportados se encontram com o cinto de segurança regularmente afixados;
- n. Em caso de porte de objetos que oferecem riscos, cabe ao monitor(a) recolher e apresentar a empresa prestadora do serviço, que deverá informar o ocorrido ao Setor de Transporte Escolar da Secretaria Municipal de Educação, para que sejam tomadas as providências cabíveis;
- o. Usar a credencial emitida pelo DETRAN/ES.

9.55.7. São proibições aos monitores:

- i) Fumar, quando estiver em atividade;



- j) O uso de short ou minissaias e calçados abertos que não se fixem aos pés;
- k) Adotar comportamentos que possam tirar a concentração do condutor e com isso causar riscos de acidentes;
- l) Manter a porta do veículo aberta quando este estiver em movimento;
- m) Trabalhar após ter ingerido bebida alcoólica ou outra substância tóxica;
- n) Permitir que escolares sejam transportados em pé, em locais inadequados ou fora do permitido em lei;
- o) Portar ou manter no veículo arma de qualquer espécie;
- p) Exercer a atividade estando suspenso ou cassado em decorrência de aplicação de penalidade por infração às normas estabelecidas na Instrução de Serviço nº 074/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

10.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (art. 117, §1º da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



10.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

10.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

10.11. O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

10.12. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

10.13. O gestor do Contrato será o (a) Secretário (a) Municipal de Educação.

10.14. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

10.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

10.16. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal técnico quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

10.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

10.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.19. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A CONTRATADA deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para o fornecimento do (s) produto (s), sujeitando-se às penalidades nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.333/2021.

11.2. Da aplicação de penalidades caberá recurso, conforme disposto no art. 165 da Lei nº 14.333/2021.

11.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela PMJN após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

11.4. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

11.5. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação.

11.6. Nos casos de fiscalização de rotina, ou mediante alguma denúncia feita à SEMED, na qual apurar alguma irregularidade, a CONTRATADA será notificada tendo um prazo de 24 a 72 horas, conforme a situação apurada, para que sejam sanadas as irregularidades constatadas. Após este prazo a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

15. Graduação, descrição e valores das multas.

GRAU		CORRESPONDÊNCIA	
1		R\$ 100,00	
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Permitir a presença de empregado não uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal apresentado e/ou sem crachá.	1	Por infração e por funcionário.
2	Manter funcionário sem qualificação para a execução dos serviços.	1	Por infração e por funcionário.
3	Deixar de efetuar a substituição de pessoal responsável pelo transporte/monitoramento quando este apresentar conduta condenatória durante	3	Por infração e por funcionário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

	serviço prestado.		
4	Deixar de providenciar substituição dos serviços prestados (motorista ou monitor).	3	Por infração e por funcionário.
5	Suspender ou interromper os serviços.	6	Por dia e por infração.
6	Deixar de executar as rotas com assiduidade e pontualidade conforme CONTRATO e documentos emitidos pela SEME.	4	Por infração e por dia.
7	Deixar de atender as solicitações emergenciais no prazo determinado.	4	Por infração e por dia.
8	Utilizar as dependências da CONTRATANTE para fins diversos.	4	Por infração e por funcionário.
9	Deixar de providenciar reparos aos danos causados por seus funcionários à administração no prazo de 24 horas.	5	Por infração e por dia.
10	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause dano físico (lesão corporal ou consequências letais) ou moral aos alunos transportados.	6	Por infração e por aluno.
11	Retirar qualquer aluno sem autorização prévia do responsável da Unidade de Ensino.	4	Por aluno.
12	Entregar aluno fora do horário previsto no calendário escolar da Unidade de Ensino.	4	Por aluno.
13	Substituir o veículo da rota, sem prévia aprovação da SEME.	3	Por veículo e por dia.
14	Apresentar Nota Fiscal desconforme com o previsto no Termo de Referência, sem a documentação exigida e fora do prazo de validade, compondo o processo de pagamento.	1	Por infração e por documento.
15	Desobedecer aos percursos e paradas, para embarques e desembarques, estabelecidos previamente pela SEME.	6	Por infração verificada via denúncia e fiscalização
16	Dar carona a qualquer pessoa que não seja aluno credenciado da rota ou agente fiscalizador habilitado e credencializado pela SEME.	6	Por infração verificada via denúncia e fiscalização



11.7. Nos casos de infrações onde haja o flagrante pela Autoridade Competente (Polícia Militar, Polícia Rodoviária Estadual, Polícia Rodoviária Federal, Fiscais de Trânsito DETRAN, ou demais autoridades) ou, ainda, por algum dos componentes designados da SEMED, que pela irregularidade constatada, seja considerada a multa indispensável e urgente, a penalidade será aplicada de imediato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [arts. 138 e 139](#) da mesma Lei.

12.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.2.3. Indenizações e multas.

12.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de João Neiva-ES deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

SEMED

Órgão: XXXXXX - **Unidade:** XXXXXX - **Programa de Trabalho:** XXXXXXXXXX

Elemento de Despesa: XXXXXXXX - **Subelemento de Despesa:** XXXXXXXX

Fonte: XXXXXXXXXX - **Ficha:** XXXXXXXXXX

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SETIMA - FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual de João Neiva/ES para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

18.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

18.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

18.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

18.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

18.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

18.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

18.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

18.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

E, por estarem justos e de comum acordo, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas, para que produza os efeitos legais.

João Neiva, XX de XXX de 2025.

**MUNICÍPIO DE JOÃO NEIVA
CONTRATANTE**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GESTOR DO CONTRATO**

**XXXXXXXXXXXX
CONTRATADA**

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

ANEXO I - Contrato

ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E VALORES CONTRATADOS

LOTE	ROTA	QUILOMETRAGEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	ROTEIRO	Km	R\$	R\$
VALOR TOTAL CONTRATADO:		R\$ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX		



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO NEIVA

AV. PRESIDENTE VARGAS, Nº 157, CENTRO – TEL: (27) 98104 - 0129
CEP: 29680-000 – JOÃO NEIVA/ES – CNPJ: 31.776.479/0001-86

ANEXO II

ROTEIRO DO TRANSPORTE ESCOLAR